



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
CAMPUS XVIII – EUNÁPOLIS
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

LUIZA AMINETINIM RODRIGUES DOS SANTOS NASCIMENTO

**Uma análise documental do projeto de concessão do Parque Estadual da Serra
do Conduru (BA) – PESC**

**EUNÁPOLIS – BA
2025**

LUIZA AMINETINIM RODRIGUES DOS SANTOS NASCIMENTO

Uma análise documental do projeto de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (BA) - PESC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Turismo da Universidade do Estado da Bahia – Campus XVIII, como requisito para a obtenção do título de bacharela em Turismo, sob as orientações do professor de TCC e orientador Me. João Alípio Cunha.

**EUNÁPOLIS – BA
2025**



ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos nove dias do mês de **julho** do ano de **2025** reuniram-se os membros Banca examinadora constituída pelos docentes Deisiane Barreto Ribeiro e Sílvia Sousa Almeida e pelo docente orientador João Alípio de Oliveira Cunha, para proceder a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: **UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO DE CONCESSÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU (BA) – PESC**, da discente Luiza Aminetinim Rodrigues Dos Santos Nascimento como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Turismo. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela:

Aprovação da monografia, com média _____.

Aprovação da monografia com **restrições**, com média 7,0.

Reprovação,

divulgando o resultado formalmente a discente e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.



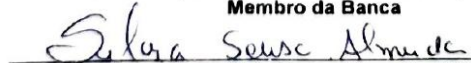
Prof. Ms. João Alípio De Oliveira Cunha (UNEB)

Orientador e Presidente da Banca



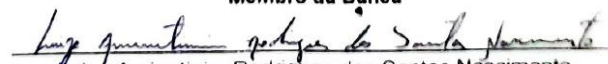
Prof. Esp. Deisiane Barreto Ribeiro (UNEB)

Membro da Banca



Prof. Esp. Sílvia Sousa Almeida (UNEB)

Membro da Banca



Luiza Aminetinim Rodrigues dos Santos Nascimento

Discente

DEDICATÓRIA

Às raízes que me sustentam e me fizeram acreditar que era possível.

À minha mãe, Elizete, por sua força serena, fé inabalável, doçura e por sempre me lembrar que sou capaz. Ao meu pai, Samuel, que me ensinou, com coragem e determinação, a nunca desistir dos meus sonhos.

Aos meus irmãos: Samuelson, Winston e Ellen — pedaços de mim espalhados pelo país, que se abstiveram do silêncio e sempre torceram por mim.

Ao meu amor, Cleverson, que me acompanhou com leveza e presença nas noites cansadas e nos dias de dúvida, oferecendo acolhimento no gesto mais simples.

Esta conquista é nossa!

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho foi marcada por desafios, aprendizados e momentos de profunda reflexão. Nada disso teria sido possível sem as pessoas que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio, escuta e incentivo.

Agradeço à minha família, minha base e força diária — minha mãe, Elizete Nascimento, e meu pai, Samuel Nascimento —, por me ensinarem que conhecimento é libertador. Aos meus irmãos, Samuelson Netinim, Winston John Netinim e Ellen Cunningham Netinim, por estarem comigo, de perto ou de longe, vibrando por cada conquista.

Minha gratidão também à minha querida amiga, Jéssica Soares, que sempre me incentivou e apoiou ao longo dessa jornada. Além dos demais amigos que se fizeram presentes no incentivo.

Por fim, um agradecimento especial ao meu professor orientador, João Alípio, que aceitou caminhar comigo nesta trajetória, me guiou com dedicação e acreditou em meu potencial.

NASCIMENTO, Luiza Aminetinim Rodrigues dos Santos. Uma análise documental do projeto de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (BA) – PESC. Orientador: João Alípio Cunha. 2025. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII, Eunápolis/BA, 2025.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar documentalmente o projeto de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), localizado na Bahia, à luz das diretrizes do ecoturismo e da gestão participativa. A partir da análise de documentos oficiais, atas de reunião do conselho gestor e normativas ambientais, buscou-se compreender os potenciais e desafios da concessão para o desenvolvimento sustentável e a conservação da biodiversidade local. A metodologia utilizada foi qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. O estudo evidencia a importância da integração entre comunidade local, poder público e iniciativa privada para uma gestão eficiente e responsável das unidades de conservação.

Palavras-chave: Ecoturismo. Concessão. Unidades de Conservação. PESC. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This work aims to documentally analyze the concession project of the Serra do Conduru State Park (PESC), located in Bahia, based on ecotourism guidelines and participatory management. From the analysis of official documents, management council meeting minutes, and environmental regulations, the study seeks to understand the opportunities and challenges of the concession for sustainable development and biodiversity conservation. The methodology used is qualitative, with an exploratory and descriptive approach. The research highlights the importance of integrating local communities, public authorities, and private stakeholders in the effective and responsible management of conservation units.

Keywords: Ecotourism. Concession. Conservation Units. PESC. Sustainable Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré–Serra Grande.....	34
Figura 2 – Linha do tempo da concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (2021–2024).....	53
Figura 3 – Linha do tempo da gestão e implementação do Plano de Manejo do PESC (2024–2025).....	54
Figura 4 – Trilhas oficiais do Parque Estadual da Serra do Conduru..	63

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur – Ministério do Turismo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PESC – Parque Estadual da Serra do Conduru

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

WWF – World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CONCEITUAÇÕES DE TURISMO, PATRIMÔNIO NATURAL E ECOTURISMO	11
2.1 DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCs	18
2.2 REFLEXÕES SOBRE O TURISMO EM UCs NO BRASIL.....	20
2.3 IMPORTÂNCIA DAS CERTIFICAÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS	22
3 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU - PESC: PANORAMA E PERSPECTIVAS	25
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E CULTURAIS DO PESC.....	29
3.2 PANORAMA DOS PROJETOS QUE ENGLOBALAM O PESC	30
3.2.1 A Concessão do PESC.....	30
3.3 ATUAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DE SERRA GRANDE PARA O TURISMO NO PESC	32
4 O PROJETO DE CONCESSÃO	37
4.1. ANÁLISE DOCUMENTAL DAS ATAS DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS DA APA E DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS	54
GLOSSÁRIO	58
ANEXO – Atas de Reunião dos Conselhos da APA e do Parque Estadual da Serra do Conduru (2020–2024)	60

1 INTRODUÇÃO

Primordialmente, a temática abordada neste estudo refere-se ao segmento do ecoturismo, reconhecido por seu caráter responsável, visando o equilíbrio dos recursos naturais, das comunidades locais, da interpretação e educação ambiental, além do desenvolvimento econômico. O conceito de ecoturismo frequentemente se relaciona ao turismo de aventura, turismo de natureza e turismo sustentável, representando uma oportunidade de negócio para o setor privado. Considerando a crescente demanda por experiências sustentáveis, com qualidade e segurança, os ecoturistas têm buscado regiões conservadas para desfrutar de um turismo mais ecológico.

Nas últimas décadas, as discussões sobre mudanças climáticas e sustentabilidade têm ganhado destaque global, refletindo um interesse crescente nas consequências do efeito estufa para a população mundial. A preocupação com as mudanças climáticas e a emissão de dióxido de carbono (CO²) tem aumentado, influenciando diretamente o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental de um local. Desse modo, o turismo tem demonstrado ser uma atividade que promove o desenvolvimento econômico local, gerando renda para a comunidade receptora e valorizando o patrimônio natural e cultural.

O turismo tem a capacidade de transformar atrativos naturais e culturais em produtos turísticos, promovendo o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), localizado no distrito de Serra Grande, município de Uruçuca, Bahia, destaca-se como uma área de grande potencial turístico, reconhecida pela sua biodiversidade e beleza natural. Sua criação teve o objetivo de conservar as áreas remanescentes da Mata Atlântica da região, tornando-se parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Diante desse cenário de oportunidades e desafios, esta pesquisa se mostra relevante para compreender como os ambientes naturais podem ser apropriados pelo turismo, transformando-se em produtos turísticos que contribuem para a identidade e o desenvolvimento das comunidades locais. O Brasil, com sua vasta diversidade de biomas e atrativos naturais, apresenta inúmeras opções de destinos para a prática do ecoturismo, destacando-se como um país privilegiado nesse segmento.

Para tanto, segundo dados do Ministério do Turismo (BRASIL, 2023), uma em

cada quatro viagens domésticas realizadas para lazer no Brasil, em 2021, tinham como motivação o ecoturismo. Também pode-se ressaltar que a atividade vem demonstrando um crescimento exponencial ao longo dos últimos anos com uma alta de 5% em relação a 2020, ano anterior, segundo dados do Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro, este desenvolvido pelo Ministério do Turismo em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), levando o segmento a tornar-se um dos que mais motivam as viagens internas no país (BRASIL, 2023).

A respeito disso, o próprio Ministério do Turismo revela que tais números se evidenciam devido ao crescimento das visitas nas 145 UCs federais administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2023). Por isso, demonstra-se sua importância para a economia nacional, visto que o segmento impulsiona o desenvolvimento econômico local, envolvendo diversos setores além do *trade* turístico¹, como o comércio, a indústria de serviços, o artesanato, entre outros. É uma oportunidade para a geração de emprego e renda (BRASIL, 2017)², representando uma forte tendência do século, na qual o Brasil possui certa vantagem em relação aos principais destinos de Ecoturismo no mundo.

Além dos parques nacionais, os parques estaduais são importantes UCs administradas pelos estados. Esta pesquisa se concentra neles, explorando suas potencialidades para contribuir significativamente em nível estadual. É crucial destacar que os visitantes interessados em natureza e ecologia vêm tanto de dentro do país quanto do exterior. Isso ressalta a importância de um planejamento específico para desenvolver e aprimorar essa segmentação turística, garantindo uma melhor utilização das oportunidades oferecidas pelo território.

Observa-se que muitos destinos que já se dedicam ao ecoturismo sentiram a necessidade de se estruturar e se qualificar para atender aos visitantes motivados por essa forma de turismo. Além disso, seu potencial atrai turistas alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refletindo uma preocupação compartilhada por empresas que valorizam experiências em ambientes naturais autênticos.

¹ Organizações privadas e governamentais atuantes no setor de "Turismo e Eventos" como os Hotéis, Agências de Viagens [...] Transportadoras Aéreas, Marítimas e Terrestres, além de Promotores de Feiras, Montadoras e Serviços Auxiliares (EMBRATUR, 1995)".

² Fonte: Polo Sebrae de Ecoturismo (2022). Disponível em: <<https://ecoturismo.sebrae.com.br/noticias/85-ecoturismo-se-consolida-como-tendencia-no-pos-pandemia>>.

É importante reconhecer que essa demanda crescente, alinhada com os ODS, impulsiona ações para promover uma oferta local de ecoturismo de forma organizada. Não obstante, a estruturação deste segmento deve acompanhar ações de fortalecimento e valorização da identidade, cultura e tradição local, no âmbito psicossocial³. Além disso, faz-se necessário pensar também na composição do espaço físico estruturado com acessibilidade, que beneficiará tanto a comunidade receptora, quanto o nicho atraído e outros públicos.

Também é importante ressaltar que a população local está intrinsecamente relacionada ao atrativo natural em sua forma de viver a cultura local atrelada à região rural, suas tradições, pois é através dela que a identidade do lugar é percebida, já que é avivada por esta, daí a necessidade de promover o turismo de forma sustentável e planejada estrategicamente de acordo com a capacidade do destino, causando o mínimo de impactos possíveis, em decorrência da atividade. Por consequência, ocorre o desenvolvimento socioeconômico local, o que pode ser considerado uma alternativa a geração de renda, bastante oportuna tanto para o *trade*, quanto para sua comunidade.

Contudo, por consequência da necessidade de reconhecimento do atual cenário do destino e seu potencial em fomentar o segmento do ecoturismo, bem como a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru para a iniciativa privada através de leilão, surge a prerrogativa necessária de compreender quais as perspectivas do conselho gestor para o turismo de forma sustentável na região.

Consequentemente, surge desta inquietação o desejo de um estudo mais aprofundado, que identifique os anseios e percepções desses agentes sobre o turismo no PESC, devido à sua concessão para a iniciativa privada para o turismo no local, como uma proposta plausível à atual necessidade de se fomentar o ecoturismo em Serra Grande – Uruçuca, de maneira sustentável. Todavia, sabe-se que o planejamento deve englobar a todos os atores envolvidos direta e indiretamente no cenário local, são estes: o *trade*, os gestores públicos, sociedade civil, entidades que atuam na capacitação e qualificação de mão de obra turística, a comunidade receptora, instituições de ensino, entre outras.

Vale salientar que o turismo de massa tem como uma de suas características a geração de impactos negativos em qualquer destino ou atrativos que sejam alcançados pelo fenômeno. Também é sabido que essa modalidade tende a ser prejudicial para

³ Relação da vida social na visão psicologia, estudos com aspectos psicológicos do convívio em sociedade.

qualquer destino turístico, caso não seja planejada de maneira adequada e sustentável. Além disso, nas últimas décadas, vem atraindo visitantes, motivados pelo contato com a natureza, o que demonstra a forte incidência da prática do segmento no destino.

Diante disso, verifica-se a necessidade desta pesquisa, que busca verificar as perspectivas do conselho gestor sobre a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), conhecido por estar numa região que abrange o turismo de sol e praia e o turismo em ambiente natural, de modo que incentive a valorização, a preservação e a conservação do patrimônio local para moradores e turistas, fortalecendo, assim, a identidade do lugar como ideal à prática do ecoturismo.

Desse modo, nota-se a relevância de aprimorar o direcionamento do uso do patrimônio natural no turismo, como um potencial cenário propício ao segmento do ecoturismo, de maneira planejada, com otimização dos impactos gerados ao meio ambiente, que valorize e fortaleça a prática do turismo de forma sustentável no destino em estudo. Com isso, será também possível caracterizar de acordo com as percepções locais, suas potencialidades como produto turístico local, direcionado à segmentação proposta.

Considera-se, ainda, que um estudo como este possa provocar a discussão e criação de políticas públicas municipais para o desenvolvimento sustentável do turismo no destino, culminando em geração de renda, qualificação e capacitação de pessoal, e inserção de profissionais do turismo no *trade*. Desse modo, promoveria melhor aproveitamento da oferta local e qualidade de vida para moradores e visitantes.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru no município de Serra Grande, Uruçuca, no estado da Bahia. A partir disso, a monografia buscará analisar a atuação do conselho gestor do parque em relação à concessão. Também será analisada a elaboração do projeto de ecoturismo local e, por fim, será descrito o planejamento e a organização das normas e diretrizes do Parque Estadual conforme a concessão do Governo Estadual.

A concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru para a iniciativa privada pode contribuir significativamente para a inclusão de Serra Grande no mapa regional do ecoturismo na Bahia, desde que sejam observadas as normas específicas para a visitação no local.

Este estudo visa analisar documentalmente o projeto de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) aprovado em agosto de 2023. Busca

compreender as características do segmento do ecoturismo de acordo com as orientações da Política Nacional de Ecoturismo e as normativas para o setor no cenário atual. Também busca identificar as diretrizes e normas que regem a prática de visitação turística em Unidades de Conservação (UCs) nas esferas federal, estadual e municipal, além de analisar as características do projeto de concessão do PESC e suas implicações para a gestão do parque e, assim, avaliar a existência de um plano de manejo atualizado em resposta aos possíveis desafios atuais frente ao plano executivo do projeto de concessão.

Esta pesquisa busca compreender o turismo proposto no Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) através do projeto de concessão em agosto de 2023. Além disso, objetiva descrever quais as diretrizes e normativas que devem reger o turismo em ambientes protegidos, bem como os elementos que caracterizam o segmento do ecoturismo possivelmente encontrados no PESC.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de finalidade básica e estratégica, com objetivos descritivos e exploratórios, utilizando o método hipotético-dedutivo e uma abordagem qualitativa.

A pesquisa pretende comparar as diretrizes adotadas, bem como as normativas que orientam a atividade turística em UCs, através do levantamento bibliográfico e documental. Busca-se compreender a interação entre as condicionantes de conservação atreladas ao ecoturismo e o projeto de concessão, que rege o turismo a ser desenvolvido no PESC, com foco no processo de concessão do PESC, as atividades previstas, a aderência às normas técnicas de visitação em unidades de conservação e como o projeto pode contribuir na promoção da conscientização sobre ecoturismo e conservação. Dessa forma, a metodologia visou à análise do projeto executivo e a caracterização do segmento, bem como as suas diretrizes.

Com isso, buscou-se compreender qual a importância de o turismo desenvolvido no PESC estar em consonância com o ecoturismo e a conservação ambiental, de acordo com a proposição do projeto de concessão. Assim, a metodologia permite uma análise profunda e multifacetada do ecoturismo no PESC, contribuindo para um entendimento mais rico das dinâmicas locais e das potencialidades do segmento como vetor potencial do turismo na região.

Quanto ao cunho exploratório da pesquisa, Gil (2010, p. 27) relata que elas “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo

mais explícito ou a construir hipóteses". Com isso, a pesquisa tem por objetivo adquirir mais informações sobre o assunto investigado, baseado em documentos, ofícios, atas, normativas, projeto executivo, diretrizes de autarquias governamentais, como as do Ministério do Meio Ambiente, Inema e ICMBio. Com isso, pretende-se delimitar o tema da pesquisa, definindo, seus conceitos, a fim de orientar no processo construtivo, para que os objetivos estabelecidos através dela sejam alcançados e suas hipóteses sejam verificadas.

Quanto ao método de abordagem hipotético dedutivo, Marconi e Lakatos (2011) destacam:

Se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada, e exige nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os testes rigorosos, estará corroborada, confirmada provisoriamente, não definitivamente, como querem os indutivistas (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 73).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, focada em analisar e interpretar aspectos profundos do comportamento humano, conforme Marconi e Lakatos (2011).

Segundo Andrade (2001), pesquisa é um conjunto de procedimentos sistemáticos baseados em raciocínio lógico para resolver problemas por métodos científicos. Este estudo é necessário para desenvolver políticas públicas e estratégias de ecoturismo na região. Sob essa ótica, foram analisadas através de fontes secundárias, definidas por Dencker (2000) como qualquer material com informações registradas e transmissíveis, como livros, periódicos, teses, revistas, monografias e artigos científicos. Será também utilizado o método de procedimento monográfico, método esse analisado por Marconi e Lakatos (2022) como:

Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações (MARCONI; LAKATOS, 2022, p. 109).

Para tanto, o procedimento será aplicado para compreender o processo ocorrido atualmente com o PESC, comparando-o a UCs que tenham passado pelo mesmo anteriormente. Neste caso, através da verificação específica às etapas de trabalho, do cenário local, será possível identificar se há similitude ou distanciamento com a realidade local observada através das técnicas aplicadas.

Já no que remete à técnica de pesquisa para a coleta de dados especificamente empregada, esta se caracteriza pela coleta de dados primários, como atas de reuniões,

projeto executivo do PESC.

Nesse sentido, o conselho gestor do PESC é composto por representantes de órgãos públicos, da sociedade civil local e empreendedores locais, no biênio 2023-2025, a configuração do segmento na região. Ou seja, os responsáveis pelos campos que pretendem ser investigados, conhecidos por comporem o conselho gestor do Parque Estadual da Serra do Conduru, membros da sociedade civil organizada, pertencentes ao conselho, bem como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente IBAMA, o diretor técnico de turismo do poder público municipal de Uruçuca. O objetivo é entender o contexto local, perspectivas dos atores envolvidos e a infraestrutura ou apoio disponibilizada para o desenvolvimento do segmento ecoturismo no PESC. Sendo assim, pretende-se verificar junto a esses agentes quais as perspectivas da concessão para o segmento proposto no cerne do desenvolvimento turístico e econômico no local.

O estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica e documental (MEDEIROS, 2011), utilizando-se fontes secundárias através da bibliografia que tratem do assunto investigado e fontes primárias na análise de documentos, como decretos, leis, que regulamentem e regula a criação, do PESC, assim como manuais e cartilhas que orientem o uso de UCs para desenvolvimento do turismo.

Diante do exposto até então, cabe elucidar nesta seção a metodologia a ser abordada neste estudo. Ao iniciar uma pesquisa científica ou um trabalho

científico, deve-se levar em consideração como parte primordial, os marcos teóricos que nortearão a pesquisa. Ou seja, através da bibliografia, será possível argumentar confirmando ou refutando os fatos de acordo com a teoria proposta pelo autor, do ponto de vista do pesquisador, portanto, entende-se que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites [...] permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

A despeito disso, serão utilizados teóricos que tratam do assunto ecoturismo e planejamento através do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária (WWF, 2003c) organizado por Mitraud (2003c), que evidencia propostas e referências de tipos de planejamento e gestão para o segmento específico. A escolha específica dessa bibliografia se deve ao fato de que o distrito de Serra Grande, incluindo sua zona rural, tem tentado, ao longo dos últimos anos, ensejar este seguimento.

Além disso, para a concepção deste estudo, é importante conectar meio ambiente, viagem, bem-estar e lazer em áreas protegidas, tendo em vista a característica da área geográfica estudada como uma Unidade de Conservação legalmente instituída e, assim, inter-relacionar esses elementos de maneira que abarque a pesquisa como um todo.

Para tanto, optou-se pela escolha dos referenciais teóricos que englobam o tema, como a bibliografia organizada por Stolton e Dudley (2010), em conjunto com as diretrizes para a visitação em UCs em cartilha elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (2006), para inferir a respeito da prática atrelada ao turismo em áreas salvaguardadas. Assim como para a contextualização e caracterizar o segmento do ecoturismo, serão utilizados os conceitos explicitados por Pires (1998), bem como a cartilha de orientações básicas do ecoturismo (BRASIL, 2010), que apresenta os termos conceituais referentes à dimensão que o segmento ecoturismo, com o objetivo de dimensionar o leitor na compreensão do tema proposto.

A compreensão desses conceitos de turismo segmentado como supracitado é de extrema importância para o desenvolvimento deste trabalho. Neste caso, o ecoturismo, turismo sustentável e turismo de natureza são intrínsecos a tais conceitos, ou seja, de modo que se entrelaçam e não se separam. Para tanto,

o segmento terá como base de discussão a bibliografia de Dennys e Oliveira (2006), Dias e Silveira (2002), Costa (2003) e definições do MTur e OMT⁴, e argumentos sobre. Para tanto, através de Dias (2006), se discute o turismo e patrimônio e a relação que ambos têm com o desenvolvimento sustentável para o crescimento urbano. Interposto às ideias de Costa (2003), quanto à interpretação do patrimônio cultural, bem como as normatizações e orientações no trato, gestão e preservação do mesmo, quando associado ao Turismo Cultural.

Nessa abordagem, será realizada uma análise breve do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) sob a perspectiva do conselho gestor, explorando como o conceito de ecoturismo é relacionado e reconhecido em termos de sua importância como uma atividade sustentável, conforme definido por Costa (2003, p. 15). Destaca-se que o ecoturismo é considerado uma atividade que incorpora um compromisso ambiental voltado para a conservação do patrimônio natural e cultural, tanto em áreas naturais quanto em áreas não naturais. Isso evidencia a relevância desse segmento para a preservação de biomas que afetam diretamente milhões de pessoas em todo o mundo.

Além disso, recorre-se à obra organizada por Ruschmann (2001) para compreender como o planejamento sustentável no turismo ocorrerá, propondo medidas que visam minimizar os impactos ambientais resultantes da exploração inadequada dos recursos atrativos nos destinos turísticos. Isso é relevante tanto para mitigar os efeitos do turismo de massa quanto para conter a exploração descontrolada desses espaços na concepção da oferta turística. As ideias de Beni (2006) e Petrocchi (1998) sobre planejamento e gestão do turismo contribuem para diferenciar as ações em ambientes naturais daquelas realizadas em UCs ou ambientes protegidos.

Reconhece-se também a importância da sustentabilidade no turismo, abordada por Swarbrooke (2000), que enfoca questões ambientais, sociais e econômicas relacionadas ao turismo sustentável. Discutem-se perspectivas para a prática da sustentabilidade em âmbitos governamentais e organizacionais, destacando temas como turismo cultural, ética e ecoturismo como fundamentais na concepção da sustentabilidade no turismo. Ainda assim, Lindner também alinha algumas premissas do desenvolvimento local com a segmentação do turismo, no entanto ele o retrata sobre o turismo rural, contudo pode-se extrair determinadas linhas de raciocínio para

⁴ Organização Mundial do Turismo.

se discutir como segmentar e desenvolver localmente o turismo. Com isso, pretende-se adquirir recursos argumentativos para responder às problemáticas que desencadearam esta pesquisa.

2 CONCEITUAÇÕES DE TURISMO, PATRIMÔNIO NATURAL E ECOTURISMO

O turismo é uma atividade multifacetada que envolve não apenas deslocamentos e experiências, mas também impactos sociais, culturais e ambientais. Entre suas diversas vertentes, o ecoturismo se destaca por sua relação direta com a preservação do patrimônio natural e a valorização das áreas protegidas.

Essa modalidade turística se diferencia por sua preocupação com a sustentabilidade, buscando conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais. Estudos indicam que práticas ecoturísticas bem estruturadas podem contribuir para a redução dos impactos ambientais causados pelo turismo de massa (SILVA et al., 2021).

Neste capítulo, será apresentado um panorama conceitual sobre turismo, patrimônio natural e ecoturismo, fundamentado em um balanço bibliográfico que permitirá compreender a evolução desses temas e suas interconexões. Em seguida, serão exploradas as diretrizes e orientações relacionadas ao turismo em áreas protegidas e unidades de conservação, abordando seu papel na sustentabilidade e na gestão do meio ambiente.

A compreensão desses conceitos é fundamental para avaliar como as políticas públicas e privadas moldam a prática do ecoturismo, influenciando seu impacto social e ambiental. Dessa forma, ao analisar essas interações, torna-se possível estabelecer diretrizes mais eficazes para garantir que o ecoturismo cumpra seu papel na preservação ambiental e na valorização cultural das comunidades envolvidas (FREIRE; ALMEIDA, 2018).

Por fim, serão analisadas certificações sustentáveis aplicadas ao turismo em áreas protegidas, destacando sua importância para garantir boas práticas e minimizar os possíveis impactos negativos. Essas certificações desempenham um papel essencial na regulamentação de atividades ecoturísticas, promovendo padrões internacionais de sustentabilidade. Modelos como os certificados do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) e as diretrizes da UNESCO ajudam a estabelecer critérios que avaliam o impacto socioambiental dessas práticas (GSTC, 2020).

No entanto, é fundamental considerar as críticas à implementação do ecoturismo, que muitas vezes enfrenta desafios relacionados à sobrecarga ambiental e à eficácia das políticas de conservação. A dependência econômica do turismo pode gerar um paradoxo no qual o crescimento do setor acaba impactando negativamente o

próprio patrimônio natural que deveria preservar. Assim, torna-se necessário avaliar cuidadosamente as políticas que regulam o ecoturismo e seu impacto real sobre a biodiversidade e as comunidades locais, sobretudo quando se trata da concessão de áreas naturais para exploração turística privada.

Partindo desse cenário, é necessário retomar a construção teórica do turismo como fenômeno para compreender os sentidos que sustentam a prática ecoturística contemporânea. Segundo Gastal e Moesch (2018, p. 17), “O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que envolve o deslocamento de pessoas para lugares distintos de seu cotidiano, e que se concretiza por meio de relações entre sujeitos, territórios e temporalidades”.

Essa definição atualiza a visão tradicional, tratando o turismo como processo relacional, e não apenas como deslocamento físico, o que é crucial quando se discute experiências em territórios ambientalmente sensíveis.

Ainda nessa perspectiva, Beni (2019) interpreta o turismo como um sistema dinâmico e complexo, influenciado por condicionantes econômicos, políticos e socioambientais, demandando uma abordagem holística na formulação de políticas públicas e estratégias sustentáveis. Do mesmo modo, Moesch (2004) enfatiza que o turismo deve ser compreendido a partir das relações simbólicas e dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos, considerando as múltiplas territorialidades que ele aciona. Essas abordagens reforçam a ideia de que o ecoturismo, se descolado de compromissos éticos e participativos, corre o risco de operar sob lógicas hegemônicas de mercado que esvaziam seu potencial educativo e conservacionista.

Nesse sentido, ao trazer para o debate autores como Aldo Leopold e John Muir, é possível compreender a gênese do conceito de patrimônio natural como algo que transcende o valor utilitário da paisagem. Tais autores defenderam uma ética da natureza fundamentada no respeito à integridade dos ecossistemas, marcando um importante ponto de inflexão no pensamento conservacionista (DE MOURA CARVALHO; STEIL, 2013). Essa base filosófica inspira as concepções contemporâneas de ecoturismo que, mais do que propor experiências recreativas, buscam articular conservação, sensibilização e engajamento comunitário.

A partir dessa base ética e ecológica, o ecoturismo foi gradualmente sistematizado como uma modalidade turística que articula objetivos ambientais, sociais e educativos. Seu desenvolvimento conceitual reflete o esforço de diferentes autores e instituições em consolidar um modelo de turismo voltado à sustentabilidade e à

valorização dos patrimônios naturais e culturais. A formalização do termo, amplamente reconhecida na literatura especializada, foi proposta por Ceballos-Lascuráin et al (2008), que define o ecoturismo como: “O turismo que envolve viagens para áreas naturais com o propósito específico de estudar, admirar e desfrutar da natureza (ou qualquer atributo cultural) com foco na aprendizagem, interpretação, apreciação e conservação” (CEBALLOS-LASCURAIN et al., 2008).

Essa abordagem conceitual resgata o caráter educativo e transformador do ecoturismo, ao mesmo tempo em que reconhece sua dimensão ética e participativa. Ao enfatizar o aprendizado, a interpretação e a conservação como elementos centrais da experiência turística em áreas naturais, propõe-se uma prática comprometida com a sensibilização ambiental, a valorização cultural e a corresponsabilidade social (CEBALLOS-LASCURÁIN et al., 2008). Essa perspectiva amplia o entendimento do ecoturismo para além do lazer ou da contemplação estética, posicionando-o como um instrumento de mediação entre visitantes, comunidades locais e territórios socioambientais.

Como observa Coriolano (2003), essa modalidade de turismo pode contribuir para um novo paradigma de desenvolvimento local, desde que esteja ancorada em práticas coerentes com os princípios da justiça socioambiental e da valorização dos saberes comunitários. Isso implica reconhecer a centralidade das populações locais no processo de planejamento, execução e gestão das atividades turísticas — não como receptoras passivas do fluxo turístico, mas como protagonistas na mediação entre conservação ambiental, identidade cultural e economia solidária.

Essa perspectiva, centrada na educação, na ética ambiental e na participação comunitária, exige uma compreensão crítica do ecoturismo como fenômeno plural e em constante construção. Longe de ser um conceito homogêneo ou estanque, ele abriga diferentes abordagens, práticas e discursos que variam de acordo com o contexto territorial, os agentes envolvidos e os interesses mobilizados.

É justamente essa complexidade que é aprofundada no estudo conduzido por Pires (1998), o qual destaca não apenas a formulação conceitual do ecoturismo, mas também a multiplicidade de interpretações que o cercam. Dentro desse contexto, o autor reforça que a sustentabilidade deve ser o princípio norteador da atividade, garantindo um equilíbrio entre conservação ambiental e benefícios econômicos. Essa perspectiva é essencial para compreender o papel transformador do ecoturismo, que vai além da visita a áreas naturais e se consolida como um meio de conscientização

e aprendizado.

É nesse sentido que Pires (1998) afirma: “O ecoturismo pode ser utilizado como uma ferramenta de educação ambiental, proporcionando aos visitantes uma experiência imersiva na natureza e incentivando a preservação dos ecossistemas” (PIRES, 1998, p. 75).

Essa afirmação reforça a ideia de que o contato direto com o meio ambiente, promovido por atividades ecoturísticas bem planejadas, desperta nos visitantes uma compreensão mais profunda sobre a importância da conservação. Assim, em vez de ser apenas uma experiência recreativa, o ecoturismo assume um papel educativo, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, engajados com a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas.

Um dos eixos centrais abordados por autores como Layrargues (2004) é o papel da educação ambiental no processo de sensibilização dos visitantes. Essa interação permite um aprendizado ativo sobre biodiversidade, impactos ambientais e valores ecológicos, ampliando a experiência ecoturística para além do entretenimento. Pires (1998) reforça essa perspectiva ao afirmar que o ecoturismo atua como uma plataforma de conhecimento, possibilitando ao turista compreender tanto os aspectos naturais quanto as questões culturais dos territórios visitados. Essa dimensão pedagógica ressignifica a prática turística e a posiciona como fator relevante na valorização e proteção ambiental. Além disso, amplia o significado da experiência ecoturística, transformando-a em um fator relevante para a valorização do meio ambiente, sua proteção e preservação.

Nesse sentido, Freire e Almeida (2018) reforçam que a educação ambiental desempenha um papel essencial no ecoturismo, pois permite que os visitantes internalizem conceitos de conservação e compreendam os impactos de suas ações no meio ambiente. Estudos indicam que a imersão em ambientes naturais pode gerar uma mudança de percepção nos turistas, incentivando comportamentos mais sustentáveis. No entanto, para que essa abordagem seja eficaz, é necessário que as atividades ecoturísticas sejam bem estruturadas e fundamentadas em práticas pedagógicas, garantindo que os visitantes não apenas apreciem a paisagem, mas também participem de processos educativos que reforcem a importância da preservação ambiental, de modo que ultrapassem a contemplação estética da natureza e conduzam a experiências educativas significativas.

Layrargues (2004) complementa essa perspectiva ao enfatizar que essa relação

entre educação ambiental e ecoturismo pode gerar impactos significativos na mentalidade dos visitantes, incentivando uma mudança comportamental voltada para a sustentabilidade. Dessa forma, o ecoturismo deixa de ser apenas uma forma alternativa de turismo para se constituir como uma prática transformadora, capaz de fomentar consciência crítica e engajamento ambiental. Ou seja, não apenas promove o contato com a natureza, mas atua como um agente transformador, fortalecendo a conscientização e estimulando práticas mais responsáveis.

Outro ponto essencial no estudo é a diferença entre ecoturismo e outras modalidades turísticas, como o turismo de aventura e o turismo cultural. Embora compartilhem algumas características, o ecoturismo se distingue pela sua ênfase na conservação ambiental e na participação ativa das comunidades locais. Layrargues (2004) reforça que essa modalidade turística deve priorizar a sustentabilidade, garantindo que as atividades realizadas não comprometam os ecossistemas e, ao mesmo tempo, beneficiem economicamente as populações anfitriãs.

Dessa forma, o ecoturismo se posiciona como um modelo de turismo que alia preservação, educação e desenvolvimento social, promovendo impactos positivos duradouros, não como metas isoladas, mas como dimensões integradas de uma mesma proposta.

Por fim, o autor aborda os desafios futuros enfrentados pelo ecoturismo e destaca a necessidade premente de colaboração entre diferentes atores, incluindo governos, empresas e comunidades locais. A promoção de práticas sustentáveis e uma gestão responsável dos destinos ecoturísticos exigirá esforços concertados e o comprometimento de todas as partes envolvidas. No entanto, o autor permanece otimista quanto ao potencial do ecoturismo como uma forma de turismo responsável e sustentável, capaz de conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico e o bem-estar das comunidades locais. A partir desta análise, o autor destaca:

[...] As comunidades anfitriãs ao aceitar conceber o ecoturismo irão enfatizar o seu próprio envolvimento nas distintas etapas de desenvolvimento do mesmo, desde o planejamento até a operação, e a capacidade de geração de benefícios locais por parte dessa atividade. Seu conceito de ecoturismo, estará tomado de uma nova dimensão de (re)valorização dos recursos naturais e culturais do seu meio como fonte de sua própria sobrevivência e, quem sabe, de seu progresso material (PIRES, 1998, p. 78).

Essa concepção oferece uma lente importante para pensar a concessão de espaços naturais protegidos, como o Parque Estadual da Serra do Conduru, à iniciativa

privada. A análise proposta por Pires (1998) fornece subsídios teóricos para discutir a relevância da sustentabilidade, da educação ambiental e do protagonismo comunitário como elementos que devem fundamentar qualquer ação de gestão ou intervenção em territórios ecoturísticos. Suas reflexões ressoam com força nos debates contemporâneos sobre o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento econômico, sobretudo em contextos marcados por conflitos de interesse e pressões sobre os bens naturais.

Ao ressaltar a importância da sustentabilidade, da educação ambiental e da diferenciação do ecoturismo em relação a outras modalidades turísticas, o autor oferece observações e conceitos de suma importância para orientar as decisões e ações dos gestores do parque. Portanto, os estudos conduzidos por Pires (1998) constituem uma base teórica sólida para a compreensão dos impactos ambientais e socioeconômicos do ecoturismo, bem como para o desenvolvimento de práticas de gestão integradas, responsáveis e participativas.

A relevância dessa abordagem está na necessidade de equilibrar desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Segundo Silva et al. (2021), uma gestão responsável do ecoturismo pode impulsionar economias locais sem comprometer a biodiversidade, desde que as práticas sustentáveis sejam efetivamente aplicadas. Além disso, Layrargues (2004) destaca que a implementação de políticas públicas voltadas ao ecoturismo deve considerar não apenas os impactos ambientais, mas também os aspectos sociais e culturais das comunidades envolvidas.

E ao reconhecer os desafios e as potencialidades dessa modalidade, gestores, pesquisadores e comunidades podem contribuir para a construção de um ecoturismo verdadeiramente comprometido com a transformação social e a proteção ambiental. Nesse sentido, Freire e Almeida (2018) destacam que a participação ativa das comunidades locais é um dos pilares para a implementação de um ecoturismo sustentável. Modelos de governança colaborativa fortalecem a conexão entre habitantes e visitantes, promovendo um ciclo positivo de aprendizado e preservação ambiental. Estudos indicam que a inclusão das comunidades na gestão das áreas naturais pode aumentar significativamente o engajamento na conservação dos ecossistemas (SILVA et al., 2021).

A priori, suas reflexões sobre os desafios futuros, como a necessidade de colaboração entre diversos atores e a promoção de práticas sustentáveis, ressoam na discussão sobre o equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento

econômico no contexto da concessão do parque. Assim, a análise de Pires serve como um guia essencial para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam o ecoturismo responsável e sustentável no Parque Estadual da Serra do Conduru.

A concessão de áreas naturais para iniciativas privadas pode ampliar investimentos e infraestrutura, mas exige regulamentação e fiscalização rigorosas para evitar impactos negativos. Conforme apontado por Layrargues (2004), é imprescindível que essas concessões sigam princípios ecológicos sólidos e envolvam as comunidades locais no processo decisório. Além disso, Freire e Almeida (2018) ressaltam que a transparência na gestão dessas concessões é fundamental para garantir que os benefícios econômicos não comprometam a integridade ambiental das áreas protegidas.

O ecoturismo tem sido objeto de estudo e discussão por diversos pesquisadores, incluindo Pires (1998) e outros autores proeminentes. Desde sua origem, o ecoturismo tem sido associado à conservação ambiental, à educação e à geração de benefícios para as comunidades locais. Esse alinhamento entre ecoturismo e conservação é evidenciado por estudos sobre impactos positivos da visitação controlada em parques naturais. Modelos sustentáveis, como os implementados na Costa Rica e na Nova Zelândia, demonstram que uma abordagem planejada pode fortalecer a biodiversidade e a economia local simultaneamente (SILVA et al., 2021).

A análise detalhada conduzida por Pires (1998) destaca a importância da sustentabilidade na prática do ecoturismo. O autor argumenta que é essencial que as atividades turísticas sejam planejadas e gerenciadas de forma a minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, ao mesmo tempo que promovem benefícios tangíveis para as comunidades locais e para a economia em geral. A implementação de práticas sustentáveis, como o uso de energias renováveis em empreendimentos turísticos e a adoção de medidas para reduzir o desperdício, tem se mostrado eficaz na diminuição dos impactos ambientais (FREIRE; ALMEIDA, 2018). O incentivo a essas práticas por parte dos órgãos reguladores pode ser um diferencial para a consolidação de um modelo de ecoturismo viável a longo prazo.

Nesse contexto, a educação ambiental desempenha um papel fundamental, permitindo aos visitantes adquirir conhecimentos sobre a conservação ambiental, a biodiversidade e os aspectos culturais das regiões visitadas. Essa dimensão educativa não só enriquece a experiência do turista, como também fortalece seu compromisso com a preservação do meio ambiente. Estudos indicam que programas educativos em

ecoturismo aumentam significativamente o engajamento dos visitantes na preservação das áreas naturais. Freire e Almeida (2018) reforçam que experiências imersivas, como trilhas interpretativas e oficinas de conservação, ampliam a consciência ambiental e incentivam mudanças comportamentais.

Além disso, é importante diferenciar o ecoturismo de outras formas de turismo, como o turismo de aventura ou o turismo cultural. Enquanto essas modalidades podem compartilhar alguns aspectos em comum, o ecoturismo se destaca pela ênfase na conservação ambiental e na interação com as comunidades locais.

No entanto, o ecoturismo enfrenta uma série de desafios, conforme destacado por Pires (1998) e outros autores. A promoção de práticas sustentáveis e a gestão responsável dos destinos ecoturísticos exigem esforços coordenados e comprometimento de todos os envolvidos. Em suma, os estudos conduzidos por Pires (1998) oferecem uma base teórica sólida para a compreensão dos impactos ambientais e socioeconômicos do ecoturismo, bem como para o desenvolvimento de práticas de gestão sustentável. Ao reconhecer os desafios e oportunidades associados a essa forma de turismo, é possível promover um ecoturismo verdadeiramente responsável e benéfico para todas as partes envolvidas.

2.1 DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UCs

O turismo em áreas protegidas e unidades de conservação desempenha um papel fundamental na valorização e preservação dos ecossistemas naturais, promovendo a conscientização ambiental e incentivando práticas sustentáveis. No entanto, para que essa atividade seja conduzida de maneira equilibrada, é essencial seguir diretrizes e orientações que minimizem os impactos negativos sobre a biodiversidade e assegurem benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais.

Diversos estudos indicam que o planejamento adequado do turismo nessas áreas pode contribuir para a conservação da fauna e da flora, desde que sejam aplicadas estratégias de manejo baseadas em princípios ecológicos e na capacidade de suporte dos ambientes naturais (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002). Além disso, organismos internacionais, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), estabelecem parâmetros para o desenvolvimento de atividades turísticas compatíveis com a proteção dos ecossistemas, assegurando que a visita

ocorra dentro de limites sustentáveis (DUDLEY, 2008).

Neste contexto, a implementação de políticas públicas, a capacitação de gestores e o envolvimento das comunidades locais emergem como aspectos essenciais para garantir um turismo de baixo impacto ambiental e socialmente responsável. Essa abordagem, além de mitigar pressões sobre áreas sensíveis, fortalece a economia local e potencializa o papel educativo da visitação, tornando o turismo em UCs um importante aliado da conservação.

As diretrizes e orientações para o turismo em áreas protegidas e unidades de conservação são fundamentadas em contribuições de autores como Dowling e Newsome (2010) e Layrargues (2004) que desenvolveram princípios e práticas para o turismo sustentável em áreas naturais. Os conceitos desses autores em questão oferecem orientações específicas para a gestão do turismo em ambientes naturais sensíveis, o que destaca a importância da conservação, da interpretação ambiental e do envolvimento das comunidades locais na promoção de práticas turísticas sustentáveis.

No contexto do ecoturismo, é evidente que este fenômeno é influenciado por fatores econômicos que moldam não apenas as tendências de crescimento do mercado, mas também os mecanismos de reprodução social (LAYRARGUES, 2004). A natureza, antes vista como uma entidade intocável, tornou-se uma mercadoria valorizada, impulsionando o surgimento de um novo mercado turístico. Esta transformação, como analisada por Layrargues (2004), é resultado direto da crise ambiental, que provocou uma mudança na sensibilidade coletiva em relação à natureza, atribuindo-lhe um valor estético positivo. Assim, o ecoturismo representa não apenas a exploração comercial dos recursos naturais, mas também a prestação de serviços que promovem a apreciação estética da beleza natural.

Ao unir os conceitos de Layrargues (2004) com os de Dowling e Newsome (2010), observa-se que o trabalho sobre o turismo sustentável em áreas protegidas fornece uma estrutura para compreender de forma sucinta como o ecoturismo pode ser desenvolvido de maneira responsável e benéfica tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais. A ênfase na conservação e na interpretação ambiental se alinha perfeitamente com a nova sensibilidade em relação à natureza, que tem impulsionado o crescimento do ecoturismo como um mercado baseado na apreciação estética e na valorização dos serviços oferecidos pela beleza natural.

2.2 REFLEXÕES SOBRE O TURISMO EM UCs NO BRASIL

O turismo em Unidades de Conservação (UCs) no Brasil representa uma oportunidade singular para aliar conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Com um território vasto e ecologicamente diverso, o país abriga inúmeras áreas protegidas que desempenham um papel essencial na preservação da biodiversidade e na oferta de experiências turísticas sustentáveis. No entanto, a gestão dessas atividades exige um planejamento criterioso que assegure o equilíbrio entre visitação e proteção dos ecossistemas.

A evolução do ecoturismo no Brasil reflete os desafios e os avanços na busca por um modelo sustentável, no qual políticas públicas, envolvimento comunitário e regulamentações ambientais se tornam componentes fundamentais para uma gestão eficaz das UCs. O turismo responsável nessas áreas deve ser pautado em boas práticas que minimizem impactos e promovam benefícios sociais, culturais e econômicos para as populações locais.

Pires (1998) busca destacar a importância do ecoturismo no contexto brasileiro, enfatizando sua evolução ao longo do tempo e os diversos desafios e oportunidades que ele apresenta. *A priori*, o autor explora os impactos ambientais e socioeconômicos do ecoturismo, bem como as práticas de gestão sustentável necessárias para garantir sua eficácia e benefícios a longo prazo. Além disso, destaca a importância da colaboração entre diferentes atores, incluindo o governo, o setor privado, as comunidades locais e as organizações não governamentais, para promover um ecoturismo verdadeiramente sustentável e responsável no Brasil.

Em contexto nacional, autores como Pires (1998) têm contribuído significativamente para reflexões sobre o turismo em UCs. Pires (1998) destaca os desafios e oportunidades enfrentados pelo país na gestão do turismo em áreas naturais protegidas, ressaltando a importância de políticas públicas eficazes, da participação comunitária e do planejamento sustentável para garantir a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico.

Como observado anteriormente o ecoturismo é apontado como uma atividade capaz de promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, desempenhando um papel crucial na preservação da diversidade biológica e na

prestação de serviços ecossistêmicos essenciais para a vida humana (SIMONETTI; DO NASCIMENTO, 2012). No Brasil, a gestão dessas áreas é regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei Nº 9.985/2000, que classifica as UCs em dois grupos principais: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo principal a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, enquanto as Unidades de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte de seus recursos.

A gestão participativa e a cooperação entre diversas iniciativas são fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas. Simonetti e Do Nascimento (2012) salientam o quanto é essencial que o turismo nessas áreas não seja apenas uma indústria voltada para o lucro, mas sim uma atividade que respeite as comunidades locais e promova a conservação ambiental. A inclusão das comunidades locais na gestão das UCs fortalece a proteção ambiental e garante que os benefícios do turismo sejam compartilhados de maneira equitativa.

Um aspecto crucial é a implementação de mecanismos de pagamento por serviços ecossistêmicos (PSEs), como a compensação ambiental. Esses mecanismos visam garantir que os recursos naturais sejam conservados e que o bem-estar humano seja promovido. A compensação ambiental, por exemplo, obriga empreendedores a apoiar a implantação e a manutenção de UCs, compensando os impactos ambientais de seus projetos.

No entanto, é necessário repensar a lógica atual do turismo, que muitas vezes trata a natureza como uma mercadoria e marginaliza as comunidades locais. Propõe-se uma abordagem mais holística e sustentável, na qual o turismo valorize a cultura local, respeite os limites ambientais e promova o desenvolvimento comunitário. O turismo em áreas protegidas deve ser visto como uma oportunidade para fortalecer a conservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais, e não como uma mera fonte de lucro.

Sob esta perspectiva, o turismo em UCs no Brasil deve privilegiar a conservação ambiental, o envolvimento comunitário e a valorização da cultura local. Essa abordagem contrasta com a visão mercantilista e predatória, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Ao adotar práticas de ecoturismo que respeitem o meio

ambiente e as comunidades locais, é possível garantir a preservação dos ecossistemas e o bem-estar das populações humanas que dependem deles.

2.3 IMPORTÂNCIA DAS CERTIFICAÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA O TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS

O crescimento do turismo em áreas protegidas representa uma oportunidade e, ao mesmo tempo, um desafio para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Com o aumento da demanda por experiências naturais e imersivas, torna-se essencial estabelecer mecanismos que assegurem a sustentabilidade dessas atividades e minimizem impactos negativos sobre os ecossistemas sensíveis.

Nesse contexto, as certificações sustentáveis surgem como instrumentos fundamentais para nortear práticas responsáveis e garantir que o turismo contribua positivamente para a preservação da biodiversidade, o fortalecimento das economias locais e a valorização das culturas tradicionais. Estas certificações estabelecem padrões claros para gestão ambiental, incentivam práticas socialmente justas e promovem modelos econômicos viáveis que equilibram conservação e desenvolvimento.

O turismo em áreas protegidas tem se expandido significativamente nas últimas décadas, motivado pela busca de experiências autênticas e pelo contato direto com a natureza. No entanto, o aumento do número de visitantes pode exercer pressões substanciais sobre os ecossistemas sensíveis, comprometendo a integridade ambiental dessas regiões. Nesse cenário, as certificações sustentáveis emergem como ferramentas cruciais para promover práticas de turismo responsável, assegurar a preservação ambiental e fomentar benefícios socioeconômicos para as comunidades locais. Este estudo explora a importância das certificações sustentáveis no turismo em áreas protegidas, destacando seus benefícios, desafios e seu papel na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável.

Wood (2002), em sua obra *Sustainable Tourism on a Finite Planet*, enfatiza a importância das certificações sustentáveis para o turismo em áreas protegidas. Wood destaca o papel desses selos na promoção de práticas responsáveis de turismo, incentivando a conservação ambiental, o respeito cultural e o desenvolvimento econômico das comunidades locais. Além disso, ela analisa o impacto dessas

certificações na percepção dos consumidores e no mercado turístico global, demonstrando sua relevância para a sustentabilidade do setor.

As certificações sustentáveis no turismo são padrões e processos que garantem que as atividades turísticas sejam conduzidas de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável. Esses sistemas de certificação trazem uma série de benefícios tanto para os destinos turísticos quanto para os turistas e as comunidades locais.

Um dos principais benefícios das certificações sustentáveis é a preservação dos recursos naturais. Programas de certificação estabelecem critérios rigorosos para a gestão ambiental, incluindo o uso responsável dos recursos, a redução de resíduos, a conservação da biodiversidade e a minimização dos impactos negativos. Certificações como a *Green Globe*⁵ e a *EarthCheck*⁶, por exemplo, exigem que as empresas turísticas adotem práticas que reduzam o consumo de energia e água, promovam a reciclagem e protejam os habitats naturais.

Certificações sustentáveis também elevam a qualidade dos serviços turísticos oferecidos. A conformidade com padrões internacionais reconhecidos assegura que as operações turísticas sejam conduzidas de forma profissional e ética, o que pode aumentar a confiança e a satisfação dos turistas. Isso, por sua vez, melhora a competitividade dos destinos turísticos no mercado global, atraindo um público crescente de viajantes conscientes que buscam experiências sustentáveis.

Além dos benefícios ambientais, as certificações sustentáveis podem contribuir significativamente para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Programas de certificação frequentemente incentivam o envolvimento das comunidades na gestão turística, promovendo o emprego local, a equidade de gênero e o respeito às culturas locais. Essas práticas não só fortalecem as economias locais, mas também garantem que os benefícios do turismo sejam distribuídos de maneira justa.

Apesar dos claros benefícios, a implementação de certificações sustentáveis enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é o custo associado ao

⁵ Oferece certificação para operações sustentáveis e gestão de empresas de turismo e seus fornecedores relacionados. Disponível em: <<https://www.greenglobe.com/>>.

⁶ Grupo líder mundial em certificação científica, benchmarking e consultoria para viagens e turismo sustentáveis. Disponível em: <<https://earthcheck.org/>>.

processo de certificação e à manutenção das práticas sustentáveis. Pequenas empresas turísticas e comunidades locais podem encontrar dificuldades para arcar com esses custos, limitando sua capacidade de obter certificações. Outro desafio é a falta de conscientização e educação sobre a importância das práticas sustentáveis. Muitas vezes, tanto os operadores turísticos quanto os turistas não possuem conhecimento suficiente sobre os impactos ambientais do turismo e os benefícios das certificações. Isso destaca a necessidade de programas de educação e sensibilização para promover uma cultura de sustentabilidade.

Certificações sustentáveis desempenham um papel crucial na gestão ambiental de áreas protegidas, funcionando como ferramentas de monitoramento e avaliação contínua. Elas estabelecem diretrizes claras para práticas de turismo sustentável, facilitando a implementação de estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos. Além disso, as certificações fornecem uma estrutura para auditorias regulares, garantindo que os operadores turísticos cumpram os padrões estabelecidos e promovam a melhoria contínua de suas práticas ambientais.

Essas certificações são fundamentais para o turismo em áreas protegidas, promovendo a preservação ambiental, a qualidade dos serviços turísticos e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Embora existam desafios significativos na implementação dessas certificações, os benefícios superam amplamente as dificuldades, destacando a necessidade de políticas públicas e incentivos que facilitem a adoção de práticas sustentáveis. No longo prazo, as certificações sustentáveis contribuirão para a conservação das áreas protegidas e para o desenvolvimento de um turismo mais responsável e benéfico para todos os envolvidos.

3 PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU - PESC: PANORAMA E PERSPECTIVAS

Este capítulo apresenta uma visão ampla sobre o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), explorando seus aspectos históricos, geográficos e culturais. A criação do parque está intimamente ligada às políticas públicas de desenvolvimento e conservação ambiental, sendo resultado de esforços voltados para a proteção dos ecossistemas da Mata Atlântica e a promoção de um modelo de gestão sustentável.

Na primeira seção, serão abordados os principais marcos históricos e geopolíticos que levaram à implementação do PESC, destacando sua relação com o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) e sua importância na proteção de áreas naturais ameaçadas. Além disso, serão discutidas as características geográficas do parque, que abrangem uma diversidade de formações vegetais e recursos hídricos essenciais para a biodiversidade local. O contexto cultural da região também será analisado, considerando como as comunidades tradicionais influenciam a dinâmica territorial e a conservação ambiental.

Em um segundo momento, serão apresentados os principais projetos desenvolvidos no PESC, incluindo iniciativas voltadas para pesquisa científica, educação ambiental e promoção do turismo sustentável. Programas de monitoramento da biodiversidade, ações de recuperação de áreas degradadas e estratégias de manejo da visitação serão destacados como instrumentos fundamentais para garantir a preservação do parque e sua viabilidade econômica.

Por fim, será introduzido o debate sobre a concessão do parque, tema que será aprofundado no capítulo seguinte. A análise se baseará na reunião extraordinária dos conselhos da APA e do PESC, trazendo um relato detalhado dos pontos discutidos. Essa reunião foi essencial para esclarecer os desafios enfrentados pela administração pública na implementação de um modelo de concessão e compreender as diferentes visões dos atores envolvidos. Serão destacados os argumentos favoráveis e as preocupações levantadas pelos conselheiros, buscando uma abordagem crítica sobre o impacto da concessão na dinâmica de gestão do PESC.

Ao final deste capítulo, o leitor terá uma compreensão consolidada sobre a

história, a estrutura e os projetos do parque, além de uma introdução aos desafios da concessão como estratégia de gestão. A análise aprofundada desse tema será o foco do capítulo seguinte, onde serão examinados os conflitos entre conservação e turismo, a regulamentação da visitação e a participação comunitária na gestão do PESC.

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), situado no estado da Bahia, foi criado em 1997 pelo Decreto Estadual nº 6.227, posteriormente alterado pelo Decreto nº 8.702 de 2003, abrangendo uma área de aproximadamente 9.275 hectares. Trata-se de uma unidade de conservação de proteção integral inserida no bioma Mata Atlântica, reconhecida por sua alta biodiversidade, com destaque para a presença de mais de 450 espécies arbóreas em um único hectare, além de uma fauna diversificada com espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. O PESC é de grande relevância para a preservação dos remanescentes florestais do sul da Bahia, sendo parte do Corredor Central da Mata Atlântica, um dos *hotspots*⁷ globais de biodiversidade (BRASIL, 2000; THOMAS et al., 2003).

A concessão do PESC, iniciativa liderada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA) e pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), tem como objetivo a requalificação, modernização, operação e manutenção do parque. Este processo busca garantir a infraestrutura necessária para a visitação pública e a preservação ambiental, além de promover o ecoturismo de forma sustentável. Entre os principais objetivos estão o aumento da acessibilidade ao parque, o fortalecimento da geração de recursos financeiros e tecnológicos para sua conservação e o incremento das oportunidades econômicas e de emprego para as comunidades locais (SEMA, 2021).

O processo de concessão está fundamentado em legislações como a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este marco legal define as diretrizes para o uso público sustentável, assegurando que as ações propostas estejam alinhadas às normas do Plano de Manejo do PESC. O contrato de concessão também inclui metas específicas relacionadas à conservação

⁷ Em ecologia, um hotspot refere-se a uma área de elevada biodiversidade que está sob forte ameaça devido à ação humana, como desmatamento, urbanização ou mudanças climáticas. Essas regiões são consideradas prioritárias para a conservação, pois abrigam grande quantidade de espécies endêmicas (que só existem ali) e biodiversidade significativa. Fonte: Myers, N., Mittermeier, R. A., Mittermeier, C. G., da Fonseca, G. A. B.; Kent, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, 403(6772), 853–858. DOI:10.1038/35002501.

ambiental e ao ecoturismo sustentável, que são monitoradas periodicamente para garantir a transparência e eficácia das iniciativas (BRASIL, 2000; SEMA, 2021).

A importância do PESC para o turismo ecológico não se restringe apenas à sua beleza natural, mas também à sua relevância como área de preservação ambiental e cultural. O PESC não apenas proporciona uma experiência de imersão na Mata Atlântica para visitantes e ecoturistas, mas também desempenha um papel fundamental na conservação de sua biodiversidade e na valorização das comunidades locais. A seguir, exploram-se os aspectos históricos, geográficos e culturais que consolidam o PESC como uma Unidade de Conservação de alta relevância, sustentando seu papel no turismo ecológico e na preservação do patrimônio ambiental e cultural da região.

A criação do PESC ocorreu no contexto de um movimento nacional voltado para a proteção de áreas de conservação e fortalecimento das políticas públicas ambientais. Nos anos 1990, o Brasil aprovou legislações ambientais que resultaram na criação de Unidades de Conservação em áreas ecologicamente relevantes, como o PESC, assegurando-lhe proteção legal com a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, a criação de unidades de conservação adjacentes, como o Parque Nacional da Chapada Diamantina, favoreceu a conectividade ecológica entre áreas protegidas, promovendo o fluxo de espécies

O PESC é uma Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, localizado no sul da Bahia, criada em 21 de fevereiro de 1997 pelo decreto n.º 6227 do Governo do Estado da Bahia e, sua expansão foi redefinida em pelo Decreto nº 8.702 de 04 de novembro de 2003.

Além disso, trata-se de uma área de extrema importância para a conservação da biodiversidade. Com uma área de aproximadamente 9.275 hectares, abrangendo os municípios de Uruçuca e Itacaré e Ilhéus, o PESC como um refúgio essencial para a flora e fauna da Mata Atlântica, desempenha um papel crucial na preservação de seus ecossistemas. Além de destaca-se por sua vasta diversidade biológica e pelo abrigo de numerosas espécies endêmicas, ou seja, aquelas encontradas apenas nessa região (REIS; FONTOURA, 2007).

Sua relevância transcende fronteiras, sendo reconhecido internacionalmente como um dos locais de maior riqueza natural do planeta. A Mata Atlântica, bioma onde está inserido, é um dos mais ameaçados do Brasil, o que torna a preservação do PESC ainda mais crucial para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

(REIS; FONTOURA, 2007). Além de sua importância ecológica, o parque também possui um significativo valor cultural. Abriga comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, que mantêm uma ligação ancestral com o território. Essas comunidades desempenham um papel fundamental na conservação dos recursos naturais e na preservação das tradições locais.

No âmbito da pesquisa científica, o PESC é um verdadeiro laboratório a céu aberto. Inúmeros estudos são conduzidos na área, contribuindo para a compreensão da biodiversidade e para o desenvolvimento de estratégias de conservação mais eficazes (RIBEIRO et al., 2023). Em resumo, o Parque Estadual da Serra do Conduru é uma preciosidade ambiental, cultural e científica, cuja proteção e manejo sustentável são essenciais para garantir não apenas a sobrevivência das espécies que ali habitam, mas também para o bem-estar das comunidades locais e para a manutenção do equilíbrio ecológico da região.

Quanto à sua administração, a gestão do PESC é realizada pelo INEMA, com apoio da SEMA e participação da sociedade civil por meio do Conselho Gestor. Esse conselho inclui representantes de ONGs, universidades, comunidades locais e órgãos governamentais, promovendo uma gestão integrada e participativa. Esse modelo de governança busca alinhar as demandas sociais e ambientais da região, equilibrando a preservação com as necessidades locais.

Diante da crescente demanda por turismo sustentável, as certificações ambientais desempenham um papel essencial na promoção de práticas responsáveis dentro de áreas protegidas. Ao estabelecer padrões rigorosos de conservação e boas práticas operacionais, essas certificações ajudam a equilibrar o desenvolvimento turístico com a preservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais. No entanto, sua efetividade depende da adesão por parte dos governos, operadores turísticos e visitantes, reforçando a necessidade de políticas públicas e incentivos que facilitem sua implementação.

Nesse sentido, compreender a aplicação das certificações sustentáveis no Brasil e sua influência nas Unidades de Conservação é crucial para fortalecer modelos de turismo que conciliem preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) representa um caso emblemático nessa discussão, sendo um exemplo concreto de desafios e oportunidades na gestão do

turismo em áreas protegidas.

Dessa forma, no próximo capítulo, será apresentado um panorama sobre o PESC, analisando suas características naturais, sua importância ecológica e as perspectivas para a implementação de um turismo sustentável que respeite os princípios da conservação.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E CULTURAIS DO PESC

O Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), situado no sul do estado da Bahia, é uma peça fundamental no que diz respeito à conservação ambiental e cultural dessa região. Criado em 21 de fevereiro de 1997, o parque recebeu seu nome em homenagem à árvore Conduru, reconhecida por sua madeira valiosa e de cor vermelha característica. Com uma ampla extensão de hectares, o PESC não só se destaca por sua vasta biodiversidade, mas também por sua importância cultural e geográfica. A região onde o PESC está localizado apresenta um relevo marcado por colinas e elevações que lembram uma serra, daí originando o nome do parque. Esse cenário não apenas empresta beleza à paisagem, mas também contribui para a diversidade de ecossistemas presentes no local, criando habitats para uma ampla variedade de espécies vegetais e animais, muitas das quais são endêmicas.

Além de sua riqueza natural, o PESC é um importante centro de preservação da cultura local. A presença humana na região remonta a séculos, com comunidades tradicionais que desenvolveram formas de vida em harmonia com a natureza. A história e os costumes dessas comunidades são parte integrante do patrimônio cultural do parque, contribuindo para a sua identidade única. A criação do Parque Estadual da Serra do Conduru não apenas visa proteger a biodiversidade e os recursos naturais da região, mas também promover o desenvolvimento sustentável e a valorização da cultura local. Por meio de programas de educação ambiental, pesquisa científica e turismo consciente, o parque busca envolver a comunidade na sua gestão e na preservação de seus valores naturais e culturais.

No entanto, apesar dos esforços de conservação, o PESC enfrenta desafios significativos, como a pressão por atividades econômicas que possam comprometer a integridade do ecossistema e a necessidade de garantir a participação efetiva das comunidades locais na sua administração. Em suma, o Parque Estadual da Serra do

Conduru representa não apenas um santuário natural de biodiversidade, mas também um símbolo de preservação cultural e de compromisso com o desenvolvimento sustentável. Sua existência e gestão adequada são essenciais para garantir que as gerações futuras possam desfrutar dos benefícios e da beleza desse importante patrimônio ambiental e cultural.

3.2 PANORAMA DOS PROJETOS QUE ENGLOBALAM O PESC

Os projetos que englobam o PESC são essenciais para o desenvolvimento sustentável da região, equilibrando a preservação ambiental com as necessidades sociais e econômicas das comunidades locais.

Nesse sentido, o PESC desenvolve um programa de uso público focado na educação ambiental, oferecendo trilhas interpretativas e atividades educativas que estimulam a conscientização ecológica. A Trilha da Pedra Furada, por exemplo, permite aos visitantes uma imersão no ecossistema da Mata Atlântica, enquanto eventos educativos, como cursos e workshops, são direcionados tanto à população local quanto a pesquisadores e turistas. Essas atividades promovem o ecoturismo como uma alternativa de desenvolvimento sustentável, integrando a conservação e o uso econômico dos recursos naturais.

Apesar de sua relevância, o PESC enfrenta desafios como a ausência de um sistema de cobrança pelo uso de suas trilhas e infraestrutura, o que dificulta a geração de recursos próprios para a manutenção do local e das atividades de preservação. O apoio financeiro de parcerias com instituições de ensino, ONGs e empresas tem sido fundamental para a continuidade das atividades de pesquisa e conservação.

O Parque também lida com ameaças externas, como o desmatamento e a caça ilegais, combatidos por meio de programas de monitoramento e educação nas comunidades locais, promovendo o uso sustentável dos recursos.

3.2.1 A Concessão do PESC

O projeto de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) tem como foco a gestão dos serviços de apoio à visitação, incluindo a requalificação, modernização, operação e manutenção de atrativos e instalações. Esta concessão é orientada pelo objetivo de promover melhorias estruturais e operacionais, assegurando

que o parque seja mais acessível ao público e, ao mesmo tempo, que suas diretrizes de conservação sejam rigorosamente mantidas.

Para viabilizar a concessão, prevê-se a realização de investimentos privados destinados à modernização da infraestrutura existente e à criação de novas facilidades que ampliem a capacidade do parque de atender ao ecoturismo. Isso inclui a implementação de trilhas, centros de visitação, áreas de descanso e mirantes, proporcionando uma experiência de visitação enriquecida e segura, mas sempre voltada à educação ambiental e à sensibilização dos visitantes para a importância da preservação dos ecossistemas da Mata Atlântica.

A concessão dos serviços de apoio à visitação visa não apenas melhorar a infraestrutura do parque, mas também fomentar o turismo sustentável, com foco em práticas que minimizem o impacto ambiental. Espera-se que o aumento da visitação, impulsionado por melhorias na acessibilidade e na qualidade dos serviços, gere receitas que possam ser revertidas para a manutenção e preservação do parque. Além disso, a iniciativa busca promover o desenvolvimento socioeconômico local, gerando oportunidades de emprego e renda para as comunidades da região.

A concessão exige que os operadores adotem padrões rigorosos de sustentabilidade, alinhando os interesses de exploração turística aos princípios de conservação ambiental. Assim, o contrato de concessão estabelecerá normas específicas para o manejo de resíduos, o controle de fluxo de visitantes e a proteção das espécies e ecossistemas do PESC. A fiscalização contínua do cumprimento dessas normas é essencial para garantir que o projeto de concessão atenda às necessidades de preservação ambiental, ao mesmo tempo em que oferece uma experiência de visitação segura e educativa.

A concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru foi assinada pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da SEMA com a empresa Farah Service com o objetivo de impulsionar o turismo ecológico na região, mantendo o acesso gratuito ao parque, a empresa em questão, de acordo com (BNDES, 2023), será responsável por investir cerca de R\$ 113 milhões na requalificação, modernização, operação e manutenção do PESC, com a concessão prevendo um período de 30 anos.

A SEMA e o INEMA comunicaram as regras para a Consulta Pública referente

ao projeto de concessão de serviços de apoio à visitação de atrativos e instalações do PESC, projeto esse que visa à requalificação, modernização, operação e manutenção das instalações do parque.

3.3 ATUAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DE SERRA GRANDE PARA O TURISMO NO PESC

A governança participativa é um dos pilares fundamentais para a gestão sustentável das Unidades de Conservação (UCs), permitindo que diferentes atores sociais contribuam para o planejamento e monitoramento das atividades turísticas. No contexto do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), o Conselho Gestor de Serra Grande desempenha um papel essencial na articulação entre preservação ambiental, desenvolvimento econômico e valorização cultural da região.

Criado para garantir a representatividade dos diversos segmentos envolvidos na conservação do PESC, o Conselho Gestor atua na definição de diretrizes para o turismo sustentável, buscando minimizar impactos ambientais e fortalecer a participação das comunidades locais. A atuação desse colegiado ocorre em consonância com o Plano de Manejo do parque e as normativas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assegurando que a exploração turística esteja alinhada aos princípios da sustentabilidade e da gestão responsável dos recursos naturais.

Ademais, quanto às perspectivas do Conselho Gestor de Serra Grande para o turismo no parque, o foco está em incentivar o uso equilibrado dos recursos naturais e estimular o desenvolvimento regional ordenado. A Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré – Serra Grande (BA) — demonstrado no mapa apresentado na Figura 1 —, criada em 1993, tem como objetivos proteger o patrimônio natural da região e promover um turismo de natureza sustentável.

Figura 1 – APA – Itacaré – Serra Grande



Fonte: ITACARE.COM S.V. LTDA.

O Conselho Gestor da APA trabalha em conjunto com o INEMA, para acompanhar e fiscalizar o Plano de Manejo da APA. Fernandes, Silva e Fernandes (2009) conceituam a APA da seguinte maneira:

A APA Itacaré Serra Grande contribuiu para o desenvolvimento do ecoturismo na região, potencializando o desenvolvimento socioeconômico sustentável em Itacaré e na Vila de Serra Grande. Estudos feitos na APA demonstraram que esse é um dos ecossistemas mais ricos do mundo em número de espécies arbóreas, sendo considerada uma área prioritária para conservação em nível mundial. Com uma população estimada em 14 mil habitantes, a APA possui mais de 70% do seu território ocupado por florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau (FERNANDES; SILVA; FERNANDES, 2009, p. 2-3).

No cenário brasileiro já analisado anteriormente, o ecoturismo se depara com uma série de desafios e oportunidades que influenciarão seu horizonte futuro. Dada a vasta diversidade de ecossistemas presentes no país, que abrangem desde a Floresta Amazônica até o Pantanal e o Cerrado, Pires (1998) observa um potencial considerável para o desenvolvimento do ecoturismo. Entretanto, esse potencial ainda não foi plenamente explorado, e o setor enfrenta diversas barreiras que necessitam ser

transpostas para alcançar um crescimento sustentável. Unidades de Conservação como o Parque Nacional do Iguaçu, a Reserva Biológica da Serra Geral e a APA Marimbus Iraquara exemplificam a aplicação bem-sucedida dessa modalidade turística, integrando conservação ambiental, rentabilidade econômica e educação.

Parque Nacional do Iguaçu: este parque é um paradigma do ecoturismo, onde a preservação da biodiversidade e a valorização da cultura local convergem com atividades turísticas. A gestão sustentável do parque demonstra como a conservação pode ser economicamente viável e socialmente benéfica, promovendo a educação ambiental e contribuindo para a economia regional (SANTOS, 2010).

Reserva Biológica da Serra Geral: a reserva é um exemplo de conservação da Mata Atlântica, proporcionando um laboratório natural para a pesquisa científica e a educação ambiental. O ecoturismo na reserva promove a conscientização sobre a importância da biodiversidade e incentiva práticas sustentáveis, alinhando os objetivos de conservação com as necessidades da comunidade (BRASIL, 1997).

APA Marimbus Iraquara: a APA ilustra o uso sustentável dos recursos naturais, integrando a conservação com o desenvolvimento econômico. A região da Chapada Diamantina, onde se localiza a APA, beneficia-se de práticas agroflorestais e turísticas que respeitam o meio ambiente e sustentam a economia local, reforçando o papel do ecoturismo como um instrumento de desenvolvimento sustentável (MATTEDI, 1999). A Gruta da Lapa Doce, situada na APA, serve como um exemplo de geoeducação, onde a interpretação ambiental e geológica enriquece a experiência turística. A educação ambiental é fundamental para o ecoturismo, pois promove a compreensão e a valorização do patrimônio natural e cultural das unidades de conservação.

Os casos de sucesso em ecoturismo no Brasil demonstram que a integração entre conservação ambiental, rentabilidade econômica e educação é não apenas possível, mas também desejável. As práticas de ecoturismo nas unidades de conservação brasileiras são exemplos tangíveis de como o turismo pode ser um aliado da conservação e do desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a sustentabilidade e a resiliência das comunidades locais e dos ecossistemas naturais. Assim, o ecoturismo se estabelece como uma abordagem holística e multidimensional, essencial para o avanço do desenvolvimento sustentável no século XXI.

Um dos principais desafios para o ecoturismo no Brasil é a necessidade premente de uma gestão eficiente dos recursos naturais (PIRES, 1998; LAYRARGUES, 2004). A preservação ambiental se mostra essencial para a atratividade e a viabilidade do ecoturismo, todavia muitas áreas naturais do país estão sob ameaça devido à exploração desenfreada, ao desmatamento e à poluição. Portanto, é imperativo implementar políticas e práticas de conservação que assegurem a proteção desses ecossistemas e garantam sua sustentabilidade a longo prazo.

Além disso, o Brasil enfrenta desafios socioeconômicos que impactam diretamente o desenvolvimento do ecoturismo. A pobreza, a desigualdade e a carência de infraestrutura em muitas regiões dificultam o acesso a áreas naturais e limitam as oportunidades para as comunidades locais se beneficiarem do turismo (FERNANDES; SILVA; FERNANDES, 2009). Nesse sentido, investimentos em educação, capacitação profissional e infraestrutura são necessários para melhorar as condições de vida das populações locais e criar um ambiente propício ao desenvolvimento do ecoturismo.

Outro desafio crucial é a promoção do ecoturismo de forma responsável e sustentável. Isso implica não apenas a proteção do meio ambiente, mas também o respeito pela cultura e pelos direitos das comunidades locais. O turismo deve ser planejado e gerenciado de maneira a minimizar os impactos negativos sobre o ambiente e a garantir benefícios tangíveis para as comunidades anfitriãs. Para tanto, é essencial adotar uma abordagem integrada que leve em consideração as necessidades e os interesses de todas as partes envolvidas.

Apesar dos desafios, o ecoturismo no Brasil também apresenta oportunidades significativas de crescimento e desenvolvimento. O país possui uma rica diversidade cultural e natural que pode atrair turistas de todo o mundo. Além disso, o crescente interesse global na sustentabilidade e na conservação ambiental tem impulsionado a demanda por experiências de viagem autênticas e responsáveis, tornando o ecoturismo uma opção atrativa para muitos viajantes.

Para capitalizar plenamente esse potencial, é necessário um compromisso firme por parte do governo, do setor privado e da sociedade civil. Isso inclui investimentos em infraestrutura, capacitação profissional, promoção turística e conservação ambiental. Também é fundamental incentivar a participação das comunidades locais no desenvolvimento e na gestão do ecoturismo, garantindo que

elas sejam beneficiadas de maneira justa e equitativa.

No futuro, o ecoturismo tem o potencial de se tornar uma fonte importante de receita e emprego para o Brasil, contribuindo ao mesmo tempo para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Com o compromisso adequado e os investimentos corretos, o país pode se posicionar como um destino líder em ecoturismo, atraindo turistas de todo o mundo em busca de experiências únicas e significativas na natureza.

4 O PROJETO DE CONCESSÃO

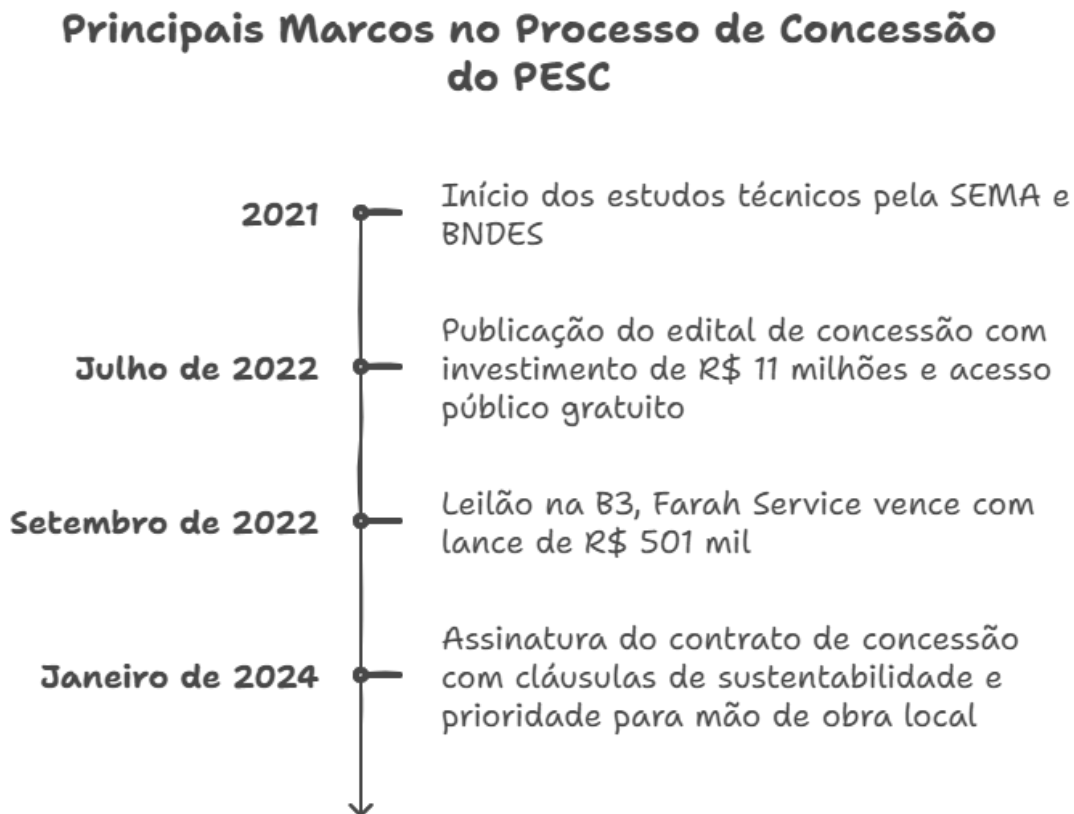
Este capítulo aprofunda a análise sobre a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) e seu impacto na gestão do ecoturismo na região. A concessão é um mecanismo administrativo que busca aprimorar a infraestrutura e organização do parque, garantindo investimentos e melhorias na visitação, sem comprometer os objetivos de conservação ambiental. Para isso, serão abordadas as discussões realizadas no conselho gestor do PESC, destacando os posicionamentos e conflitos sobre o modelo de concessão. Em seguida, será examinada a proposta de ecoturismo no parque, explorando suas diretrizes, potenciais roteiros e o envolvimento comunitário.

O ecoturismo no PESC surge como uma oportunidade para aliar preservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico da região, promovendo benefícios para as comunidades do entorno e para a biodiversidade local. No entanto, desafios como controle da visitação, regulamentação das atividades e inclusão social precisam ser cuidadosamente gerenciados para que o turismo sustentável seja efetivamente implementado.

A análise crítica deste capítulo permitirá compreender como a concessão pode impactar a governança do parque e quais estratégias podem ser adotadas para garantir que o ecoturismo seja conduzido de maneira responsável, respeitando as diretrizes da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei nº 9.985/2000) e os princípios de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, com o objetivo de ilustrar a sucessão de eventos que marcaram o processo de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), a Figura 2 apresenta uma síntese cronológica das ações realizadas entre 2021 e 2024. Essa visualização permite compreender a estruturação do modelo de parceria público-privada, desde os estudos preliminares até a formalização do contrato de concessão, contextualizando o avanço institucional na gestão da unidade de conservação.

Figura 2 – Linha do tempo da concessão do PESC (2021–2024)

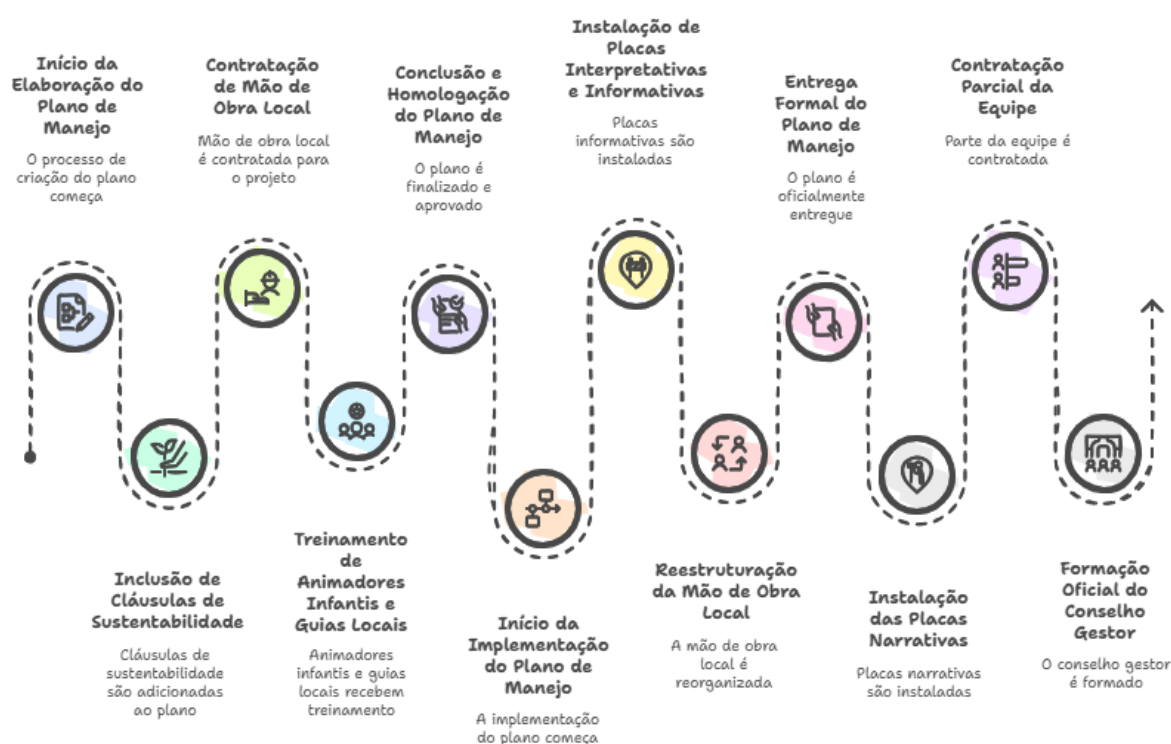


Fonte: Elaborado pela autora com base em BNDES (2022), Bahia (2022), SEMA (2024).

E para complementar a sequência cronológica, a Figura 2 apresenta a continuidade dos esforços de gestão entre 2024 e 2025, com destaque para a elaboração participativa e implementação do Plano de Manejo do PESC. Esses marcos revelam o avanço na governança da unidade de conservação, especialmente no que se refere ao zoneamento ecológico, estratégias de uso público e consolidação de instrumentos de gestão ambiental.

Figura 3 – Linha do tempo da gestão e implementação do Plano de Manejo do PESC (2024–2025)

Cronograma de Gestão e Implementação do Plano de Manejo do PESC



Fonte: Elaborado pela autora com base em SEMA (2025) e INEMA (2025).

A análise conjunta das Figuras 2 e 3 permite visualizar como a concessão do PESC foi acompanhada por mecanismos de planejamento e participação social que fortalecem a gestão ambiental da unidade. A implementação do Plano de Manejo, articulada à atuação do conselho gestor e à mobilização de comunidades do entorno, demonstra que a viabilidade do ecoturismo na região está diretamente relacionada à capacidade institucional de integrar conservação e uso público de forma sustentável.

4.1. ANÁLISE DOCUMENTAL DAS ATAS DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS DA

APA E DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO CONDURU

Esta seção apresenta uma análise documental das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas entre os anos de 2020 e 2024 pelos Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa de Itacaré–Serra Grande e do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), localizados na região sul do estado da Bahia. Os registros analisados representam fontes primárias de informação sobre os processos deliberativos e participativos desenvolvidos no âmbito da gestão dessas unidades de conservação, possibilitando a identificação de encaminhamentos institucionais, conflitos, consensos e dinâmicas recorrentes no exercício colegiado da gestão socioambiental.

Estruturação participativa da concessão: entre avanços e tensões locais: A análise das atas de 01/12/2020, 29/09/2021 e 09/06/2022 evidencia que o processo de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) foi amplamente debatido nas instâncias participativas. A primeira reunião extraordinária virtual, em dezembro de 2020, marcou a retomada do diálogo entre atores institucionais e comunidades locais, mesmo em meio às limitações da pandemia. Já na reunião conjunta de 2021, membros da sociedade civil expressaram preocupações com os impactos do modelo de concessão, especialmente quanto ao acesso às trilhas, regularização fundiária e salvaguarda de saberes locais. Na ata de junho de 2022, quando o edital já havia sido lançado, houve detalhamento sobre as obrigações da concessionária, entre elas investimentos obrigatórios, manutenção de acesso gratuito e contrapartidas ambientais.

A trajetória de concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), situado no litoral sul da Bahia, revela um processo gradual de fortalecimento da governança socioambiental. Entre 2020 e 2024, conforme indicam as atas de reuniões extraordinárias e ordinárias, observa-se a transição de uma participação social reativa para uma pactuação territorial mais madura, baseada em princípios de corresponsabilidade, sustentabilidade e justiça territorial.

A estruturação participativa da concessão, entre avanços e tensões locais, teve início com a retomada do diálogo institucional em meio à pandemia. As reuniões de 01/12/2020, 29/09/2021 e 09/06/2022 registram a reativação dos canais formais de escuta com as comunidades do entorno e com representantes técnicos e governamentais. Nesse processo, a consulta pública emergiu como instrumento central

para a inserção de preocupações legítimas — como a regularização fundiária, a manutenção do acesso gratuito às trilhas e a proteção dos saberes tradicionais. Contudo, tais mecanismos também evidenciaram assimetrias entre os atores envolvidos, especialmente no que se refere à capacidade efetiva de influência nos rumos do projeto. A inclusão de cláusulas sociais e ambientais no edital de concessão, como a obrigatoriedade de contrapartidas e a priorização de contratação local (SEMA, 2023), demonstra um esforço institucional de resposta, embora ainda permeado por disputas e desequilíbrios.

Nesse cenário, o fortalecimento do Conselho Gestor enquanto instância de pactuação territorial em 2024 sinaliza um novo ciclo de governança. As atas das reuniões ordinárias realizadas em 30 de abril, 11 de julho e 17 de setembro desse ano revelam a progressiva consolidação do conselho como espaço deliberativo. Foram validados diagnósticos ambientais participativos e discutidas diretrizes sobre uso público, regramento da visitação e trilhas de ecoturismo. Com a incorporação da diversidade de vozes — locais, técnicas e institucionais — o Conselho passou a atuar de maneira mais estratégica na mediação de interesses, contribuindo de forma efetiva para a construção coletiva da política de manejo do parque. Esse reposicionamento o torna um ator-chave na gestão das tensões entre conservação ambiental e uso turístico sustentável.

A implementação do Plano de Manejo e o consequente fortalecimento da governança socioambiental consolidam essa etapa de maturação institucional. As atas de julho e setembro de 2024 registram o início das ações previstas: instalação de sinalização interpretativa, capacitação de guias turísticos locais e requalificação das trilhas de visitação. Essas iniciativas foram executadas com monitoramento técnico e social, em consonância com as diretrizes do SNUC (BRASIL, 2000) e com os compromissos assumidos pela concessionária Farah Service em contrato com o Governo do Estado da Bahia (SEMA, 2023; INEMA, 2024). A formalização do Conselho Gestor como instância fiscalizadora e consultiva amplia o alcance do processo participativo e reforça a corresponsabilidade entre os atores públicos, privados e comunitários na condução da política ambiental do PESC.

Com isso, a análise dos documentos revela que a governança do PESC evoluiu de forma consistente ao longo do período examinado. Embora os estágios iniciais tenham sido marcados por limitações estruturais e desigualdade de poder nas decisões, observa-se um avanço significativo na institucionalização da participação social e na capacidade de articulação intersetorial. O Conselho Gestor, ao incorporar múltiplas

vozes — governamentais, comunitárias, técnicas e acadêmicas —, reafirma seu papel como articulador das políticas de visitação e de conservação ambiental no parque. Mesmo diante de desafios estruturais, como a rotatividade de representantes e a limitação de recursos externos.

Complementando a análise documental e institucional, aprofundam-se a seguir os principais fatores críticos e propositivos que contribuem para consolidar o modelo de concessão do PESC. As estratégias de sustentabilidade, os mecanismos de auditoria, as diretrizes do Plano de Manejo e a valorização dos saberes tradicionais revelam os caminhos e desafios da integração entre conservação e ecoturismo.

A valorização das rotas culturais e ecológicas vai ao encontro do que propõem Layrargues (2004) e Pires (1998), ao apontarem que experiências imersivas, educativas e baseadas no diálogo entre visitante e comunidade são fundamentais para promover empatia e corresponsabilidade socioambiental. Entre essas rotas destacam-se a Trilha da Jaqueira, a Trilha das Bromélias e a Rota Cultural das Comunidades Ribeirinhas (BOOMERS VIRTUAL, 2025; PORTO SEGURO PASSEIOS, 2025).

Com o objetivo de reforçar a sustentabilidade da gestão, recomenda-se a adoção de certificações ambientais internacionais, como a *Rainforest Alliance*, que asseguram conformidade com normas rigorosas de conservação e responsabilidade social. A concessão também deverá adotar mecanismos de auditoria externa e relatórios periódicos de impacto socioambiental, garantindo transparência na aplicação dos recursos e controle social, medida já implementada com êxito em outras unidades de conservação no Brasil, como o Parque Nacional do Iguaçu (BRASIL, 2020).

A participação comunitária é um dos elementos centrais para o êxito do modelo de ecoturismo. O projeto prevê 100% de contratação local nas atividades turísticas, integrando moradores da região à operação das trilhas, centros de visitantes e serviços de atendimento. Programas de capacitação profissional e iniciativas de educação ambiental foram planejados para integrar a população ao modelo de gestão, assegurando que o turismo ecológico gere benefícios diretos e duradouros para as comunidades tradicionais envolvidas (SEMA, 2023).

Para garantir a transparência na gestão, recomenda-se a publicação periódica de relatórios de impacto ambiental e financeiro, permitindo que a sociedade acompanhe a administração do parque e proponha ajustes quando necessário. Modelos semelhantes já foram aplicados em unidades de conservação como o Parque Nacional do Iguaçu, onde auditorias ambientais contribuíram para aprimorar a interação entre a

iniciativa privada e o setor público na administração dos recursos naturais (BRASIL, 2020).

Dessa forma, a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru tem potencial para se tornar um modelo nacional de turismo sustentável, desde que sejam implementadas políticas eficazes de governança, fiscalização e inclusão social. O sucesso do projeto dependerá da capacidade de integrar conservação ambiental e desenvolvimento econômico, garantindo que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de forma justa entre todos os atores envolvidos. Caso seja bem estruturado e continuamente monitorado, esse modelo poderá consolidar o parque como uma referência no ecoturismo brasileiro, promovendo uma gestão inovadora que respeita a biodiversidade e valoriza as culturas locais.

Complementando a análise documental e institucional desenvolvida neste capítulo, destaca-se a seguir a ata da II Reunião Extraordinária dos Conselhos da APA e do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), realizada em 2022, por sua relevância para os debates em torno da concessão da unidade e das diretrizes de visitação pública. Trata-se de um registro que aprofunda as percepções dos conselheiros, os tópicos debatidos e os elementos estratégicos que embasaram o Plano de Manejo da área protegida.

A ata da II Reunião Extraordinária dos Conselhos da Área de Proteção Ambiental (APA) e do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), de acesso público por meio da Secretaria do Meio Ambiente e do INEMA (SEMA/INEMA, 2022), contém registros detalhados sobre as discussões em torno da concessão do parque e sua relação com a visitação pública. A análise desse documento permite entender as percepções dos conselheiros e as preocupações levantadas durante a reunião, revelando aspectos críticos do modelo de gestão adotado para Unidades de Conservação no Brasil.

A reunião foi convocada para discutir os impactos da concessão sobre o turismo e o uso público do PESC, com o objetivo de esclarecer pontos estratégicos sobre a gestão futura da unidade. Participaram representantes do conselho gestor, membros de associações locais, especialistas em conservação ambiental e atores do planejamento turístico da região. O debate girou em torno da sustentabilidade da concessão, seus benefícios potenciais e os desafios projetados. Os principais tópicos discutidos foram: a) a necessidade de garantir um equilíbrio entre preservação

ambiental e desenvolvimento turístico; b) o papel da concessão na melhoria da infraestrutura para visitantes; c) a importância da transparência na relação entre concessionária e conselho gestor; e d) o impacto da concessão na comunidade local e sua participação ativa na atividade turística.

Dentre as preocupações levantadas, destacou-se o receio quanto à preservação dos recursos naturais diante do aumento esperado da visitação. Essa inquietação remete às contribuições de Mathieson e Wall (1982), que alertam para os impactos acumulativos do turismo sobre ambientes sensíveis e para a importância de políticas de controle da capacidade de carga.

Também foi amplamente debatida a importância da inclusão das comunidades locais no processo de concessão. Muitos participantes defenderam que os moradores deveriam ser envolvidos desde o planejamento até a operação das atividades turísticas, garantindo que a concessão gere benefícios reais e duradouros. Essa posição converge com as análises de Coriolano (2003) e Pires (1998), que destacam a necessidade de protagonismo das populações tradicionais nos processos decisórios relacionados ao ecoturismo.

A concessão do PESC foi estruturada pelo Governo da Bahia como um modelo inovador, voltado à integração entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do ecoturismo. O parque, situado em área de elevada biodiversidade da Mata Atlântica, abriga diversas espécies endêmicas e possui papel essencial na proteção dos ecossistemas naturais da região. Entretanto, desafios como limitações de infraestrutura, fiscalização ambiental deficiente e exclusão histórica das comunidades tradicionais justificaram a adoção de um novo arranjo de governança.

Formalizada entre a SEMA, o INEMA e a empresa Farah Service, a concessão tem validade de trinta anos e prevê investimentos privados da ordem de R\$ 113 milhões. Esses recursos serão destinados à requalificação da infraestrutura turística: recuperação de trilhas, construção de centros de visitantes, instalação de mirantes, ampliação da acessibilidade universal e reforço dos sistemas de segurança e monitoramento ambiental. Parte da receita bruta anual (1,5%) será aplicada em fundos ambientais, voltados à restauração de áreas degradadas e à proteção de espécies ameaçadas, como a preguiça-de-coleira (SEMA, 2023; BNDES, 2023).

O modelo prevê ainda o acesso gratuito ao parque, assegurando o direito universal à visitação, com cobrança apenas para atividades específicas como passeios

guiados e serviços personalizados. A estimativa é que a concessão gere aproximadamente 150 empregos diretos e indiretos, priorizando a contratação de moradores da região e fomentando o comércio turístico local. Essa diretriz encontra respaldo em Freire e Almeida (2018), que defendem a valorização das práticas locais e a formação de sujeitos ecológicos por meio de experiências turísticas críticas e integradoras. Nessa perspectiva, o ecoturismo ultrapassa seu papel recreativo e torna-se ferramenta de educação e transformação social.

Entre as diretrizes do Plano de Manejo do PESC (INEMA, 2023), destacam-se: a limitação do número de visitantes por dia, a capacitação de guias turísticos locais, a sinalização interpretativa e o monitoramento contínuo dos impactos ambientais. Como enfatiza Layrargues (2004), essas medidas devem estar articuladas a processos educativos que sensibilizem os visitantes sobre a biodiversidade e o uso consciente do território.

O plano também prevê rotas ecológicas e culturais que valorizam o conhecimento tradicional. Entre as trilhas oficiais destacam-se:

- Trilha da Jaqueira: de média dificuldade em floresta nativa, com espécies endêmicas;
- Trilha do Mirante Conduru: rota curta com vista panorâmica da costa;
- Trilha das Bromélias: caminhada interpretativa rica em epífitas e vegetação de regeneração;
- Rota Cultural das Comunidades Ribeirinhas: percurso guiado por moradores locais que promove a valorização dos saberes tradicionais e da cultura oral.

Figura 4 – Trilhas oficiais do Parque Estadual da Serra do Conduru



Fonte: A. Braga, INEMA, 2023.

Essas trilhas, além de seu valor ecológico, possuem caráter educativo e simbólico, reafirmando o que defendem autores como Layrargues (2004) e Pires (1998) sobre o papel do ecoturismo na ressignificação do vínculo entre visitante e paisagem. A participação comunitária é, portanto, elemento estruturante da proposta. A concessão estabelece a criação de um Comitê de Turismo Sustentável com representantes das comunidades, assegurando sua voz em decisões estratégicas (SEMA, 2023). Como complementam Silva et al. (2021), a inclusão precisa se dar não apenas na execução, mas nas estruturas de planejamento e fiscalização.

Dessa forma, a análise da ata de 2022 reforça a compreensão de que o sucesso da concessão do PESC dependerá do equilíbrio entre governança participativa, rigor técnico, fiscalização ambiental e valorização dos saberes locais. Essa articulação é que permitirá que o modelo se consolide como uma referência de ecoturismo de base comunitária e sustentabilidade territorial.

Para mitigar esses riscos, o plano de concessão estabelece a criação de um Comitê de Turismo Sustentável, com participação de representantes comunitários, assegurando a interlocução com a concessionária e os órgãos ambientais (SEMA,

2023). Essa estratégia está em consonância com os princípios defendidos por Freire e Almeida (2018), que afirmam que a gestão participativa é condição para a consolidação de um ecoturismo transformador. Além disso, o Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru (INEMA, 2023) regulamenta as atividades turísticas, delimitando zonas de proteção integral, áreas de visitação pública e corredores ecológicos, conforme os critérios previstos na Lei n.º 9.985/2000 (SNUC).

Essas medidas dialogam diretamente com Layrargues (2004), ao enfatizar que o ecoturismo precisa se articular a processos educativos e de sensibilização ambiental profunda, orientados para a transformação de atitudes e a valorização dos territórios.

A valorização dessas rotas vai ao encontro do que propõem Layrargues (2004) e Pires (1998), ao indicarem que experiências imersivas, educativas e baseadas no diálogo entre visitante e comunidade são fundamentais para promover empatia e corresponsabilidade socioambiental.

Em síntese, a concessão do PESC possui potencial para se tornar um modelo de turismo sustentável no país. Entretanto, seu êxito dependerá do rigor na fiscalização ambiental, da governança participativa e do compromisso genuíno com a inclusão das comunidades locais. A experiência poderá servir como referência para futuras concessões, desde que mantenha como eixos orientadores a sustentabilidade, a justiça social e o respeito à pluralidade de saberes presentes no território condurense.

Entre as diretrizes do plano de manejo, destacam-se a limitação do número de turistas por dia, a capacitação de guias locais, a implementação de sinalização interpretativa e o monitoramento contínuo dos impactos ambientais. Essas medidas garantem que a visitação ocorra sem comprometer a biodiversidade do parque e sem gerar sobrecarga nos ecossistemas mais frágeis. Além das regulamentações ambientais, o modelo de ecoturismo proposto prevê a criação de rotas ecológicas e culturais, como a Trilha da Jaqueira e a Rota Cultural das Comunidades Ribeirinhas. Essas iniciativas integram o conhecimento tradicional das populações locais ao turismo, promovendo uma experiência imersiva que valoriza a história e os modos de vida da região (BOOMERS VIRTUAL, 2025; PORTO SEGURO PASSEIOS, 2025).

Além disso, mecanismos de monitoramento e auditoria ambiental devem ser implementados para garantir que os investimentos sejam aplicados corretamente e que os compromissos assumidos pela concessionária sejam cumpridos.

Programas de capacitação profissional para guias de turismo e iniciativas de educação ambiental foram planejados para integrar a população ao modelo de gestão, assegurando que o turismo ecológico gere benefícios diretos para as comunidades tradicionais.

Para garantir a transparência na gestão, especialistas recomendam a publicação periódica de relatórios de impacto ambiental e financeiro, permitindo que a sociedade acompanhe a administração do parque e cobre ajustes conforme necessário. Modelos semelhantes já foram aplicados em unidades de conservação como o Parque Nacional do Iguaçu, onde auditorias ambientais contribuíram para aprimorar a interação entre a iniciativa privada e o setor público na administração dos recursos naturais.

Dessa forma, a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru tem potencial para se tornar um modelo nacional de turismo sustentável, desde que sejam implementadas políticas eficazes de governança, fiscalização e inclusão social. O sucesso desse projeto dependerá da capacidade de integrar conservação ambiental e desenvolvimento econômico, garantindo que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de maneira justa entre todos os atores envolvidos. Caso seja bem estruturado e fiscalizado, esse modelo pode consolidar o parque como uma referência no ecoturismo brasileiro, promovendo uma gestão inovadora que respeita a biodiversidade e valoriza as populações tradicionais da região.

Diante disso, a concessão dos serviços de apoio à visitação de atrativos e instalações do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC) tem sido uma estratégia adotada pelo Governo do Estado da Bahia para modernizar, requalificar e manter a infraestrutura do parque, garantindo a preservação ambiental e fomentando o ecoturismo sustentável na região (SEMA, 2023).

O modelo de concessão prevê a gestão privada dos serviços de apoio à visitação, permitindo que uma empresa especializada assuma a operação e manutenção do parque, enquanto o Estado mantém a fiscalização e o controle das diretrizes ambientais. Formalizada pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEMA), a concessão foi assinada com a empresa Farah Service, que deverá investir aproximadamente R\$ 113 milhões ao longo de 30 anos na melhoria das instalações do parque (SEMA, 2023; BNDES, 2023).

Os investimentos incluem a recuperação de trilhas, construção de centros de visitantes, instalação de mirantes e ampliação da acessibilidade universal, além do

reforço dos sistemas de segurança e monitoramento ambiental. A concessão também visa fortalecer a economia local, gerando cerca de 150 empregos diretos e indiretos e promovendo a inclusão das comunidades tradicionais na gestão e operação das atividades turísticas (SEMA, 2023).

Entretanto, desafios precisam ser enfrentados para garantir que a concessão seja implementada de forma sustentável. O aumento do fluxo turístico pode gerar impactos ambientais significativos, exigindo estratégias eficazes de controle e mitigação. Além disso, a inclusão das comunidades tradicionais na gestão do parque é um dos aspectos mais relevantes para que os benefícios econômicos e sociais sejam distribuídos de maneira equitativa (INEMA, 2023).

Para mitigar esses riscos, o plano de concessão estabelece a criação de um Comitê de Turismo Sustentável, garantindo que representantes das comunidades locais participem das decisões estratégicas relacionadas à gestão do parque (SEMA, 2023). O Plano de Manejo do PESC desempenha um papel fundamental na regulamentação das atividades turísticas e na proteção dos ecossistemas, estabelecendo zonas de proteção integral, áreas de visitação pública e corredores ecológicos, garantindo que as ações desenvolvidas sigam critérios rigorosos de sustentabilidade (BRASIL, 2000; SEMA, 2023).

Se bem estruturada e fiscalizada, essa iniciativa tem potencial para transformar o PESC em um modelo nacional de turismo sustentável, promovendo uma gestão inovadora que respeita a biodiversidade e valoriza a cultura e economia local (SEMA, 2023).

Embora a concessão do PESC apresente-se como uma alternativa viável para a modernização e requalificação do parque, algumas questões críticas precisam ser analisadas. A inclusão das comunidades locais na gestão da unidade de conservação é um dos principais desafios a serem enfrentados. Historicamente, projetos de concessão enfrentam dificuldades na plena integração da população local nas tomadas de decisão, levando, muitas vezes, à exclusão de grupos que têm um vínculo direto com o território. No caso do PESC, garantir que os benefícios socioeconômicos sejam distribuídos de maneira equitativa requer mecanismos efetivos de participação social e monitoramento contínuo.

Outro aspecto fundamental é a efetividade da fiscalização ambiental. A concessão prevê investimentos consideráveis, mas apenas a implementação de um sistema de auditoria robusto pode assegurar que os compromissos ambientais sejam

cumpridos integralmente. A questão do fluxo de visitantes também é preocupante, pois o aumento do turismo, se não for bem gerenciado, pode levar à degradação dos ecossistemas frágeis do parque. Experiências anteriores em Unidades de Conservação no Brasil demonstram que a pressão turística pode comprometer áreas protegidas, exigindo planejamento estratégico rigoroso e a adoção de políticas de controle de acesso.

Além disso, o modelo de concessão deve ser avaliado a longo prazo para garantir sua sustentabilidade financeira e ambiental. A dependência de investimentos privados pode gerar riscos caso não haja incentivos governamentais para a preservação contínua do parque. Modelos alternativos de financiamento, como programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), poderiam ser explorados para reforçar a conservação e assegurar a manutenção das áreas protegidas sem depender exclusivamente da viabilidade comercial da visitação.

Portanto, apesar do potencial positivo da concessão do PESC, seu sucesso dependerá da capacidade do governo e das instituições responsáveis de estabelecer um modelo de governança eficiente, garantindo a preservação ambiental e o envolvimento das comunidades locais no ecoturismo. A experiência do PESC poderá servir como um referencial para futuras concessões de parques no Brasil, desde que haja um compromisso genuíno com a sustentabilidade e a equidade na distribuição dos benefícios do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram examinadas as implicações da concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), considerando seus impactos na conservação ambiental, no desenvolvimento sustentável e na participação das comunidades locais. A análise abordou aspectos estruturais da concessão, incluindo investimentos privados, integração ao Plano de Manejo, fiscalização e viabilidade econômica. Além disso, foram discutidas as potencialidades e desafios do ecoturismo na unidade, destacando a importância de uma gestão eficiente e da aplicação de boas práticas para minimizar impactos negativos.

Dessa forma, a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru foi implementada como uma estratégia inovadora de gestão ambiental, buscando conciliar conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável por meio do ecoturismo. A iniciativa, promovida pelo Governo do Estado da Bahia, representa uma mudança na administração de unidades de conservação no Brasil, ao integrar investimentos privados à preservação ambiental e ao fortalecimento da economia local. O parque, situado em uma das áreas mais ricas em espécies endêmicas da Mata Atlântica, desempenha um papel essencial na proteção de ecossistemas frágeis, exigindo um modelo de gestão que minimize impactos e garanta o uso sustentável do território.

Formalizada por meio da Secretaria do Meio Ambiente e do Instituto Estadual do Meio Ambiente, a concessão tem duração de trinta anos e delega à empresa Farah Service a responsabilidade pela gestão operacional do parque. O contrato prevê investimentos privados da ordem de cento e treze milhões de reais, destinados à requalificação da infraestrutura turística, abrangendo a recuperação de trilhas, construção de centros de visitantes, instalação de mirantes, ampliação da acessibilidade universal e reforço dos sistemas de segurança e monitoramento ambiental. Além dessas melhorias, a concessionária compromete-se a destinar um e meio por cento da receita bruta anual a fundos ambientais, garantindo o financiamento de ações de recuperação de áreas degradadas e proteção de espécies ameaçadas, como a preguiça-de-coleira.

Um dos compromissos fundamentais do modelo de concessão é a manutenção do acesso gratuito ao parque, permitindo que a população continue usufruindo da

unidade sem cobrança de ingressos. Algumas atividades específicas, como visitas guiadas e serviços diferenciados, podem estar sujeitas a tarifas, mas a gratuidade do acesso reforça o caráter democrático da unidade de conservação. Além disso, a expectativa é que a concessão gere aproximadamente cento e cinquenta empregos diretos e indiretos, beneficiando comunidades locais e fortalecendo o comércio turístico na região. O aumento da visitação pode contribuir para movimentar cerca de cinco milhões de reais por ano no setor turístico.

Apesar dos benefícios previstos, desafios precisam ser enfrentados para garantir que a concessão seja implementada de forma sustentável. O aumento do fluxo turístico pode gerar impactos ambientais significativos, exigindo estratégias eficazes de controle e mitigação. Além disso, a inclusão das comunidades tradicionais na gestão do parque é um dos aspectos mais relevantes para que os benefícios econômicos e sociais sejam distribuídos de maneira equitativa. A criação de um Comitê de Turismo Sustentável, previsto no plano de concessão, busca garantir que representantes das populações locais participem das decisões estratégicas e tenham voz ativa na fiscalização da gestão da unidade.

A implementação da concessão do PESC representa um avanço na gestão de Unidades de Conservação no Brasil, mas seu sucesso dependerá de um monitoramento contínuo. Para garantir a sustentabilidade do modelo, será fundamental estabelecer auditorias ambientais periódicas, avaliações de desempenho e estratégias de ajuste da operação ao longo dos anos. Esse acompanhamento permitirá que a gestão se adapte às mudanças climáticas, às demandas do ecoturismo e à preservação da biodiversidade.

A concessão do PESC pode ser comparada com iniciativas bem-sucedidas de gestão sustentável em outras Unidades de Conservação, como o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Estadual da Ilha Grande. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, a gestão integrada entre setor público e privado tem permitido o aumento da visitação sem comprometer a conservação ambiental. Já o Parque Estadual da Ilha Grande implementou planos de manejo com limitação diária de visitantes, garantindo um equilíbrio entre turismo e preservação. Esses exemplos podem fornecer diretrizes valiosas para aprimorar a concessão do PESC.

A participação das comunidades tradicionais e locais é um dos aspectos mais críticos e fundamentais para o sucesso da concessão. Apesar dos benefícios

econômicos projetados, a integração comunitária na gestão do parque precisa ser reforçada por mecanismos institucionais que garantam representatividade nas tomadas de decisão. Modelos como a gestão comunitária aplicada em reservas internacionais, como o Parque Nacional Torres del Paine, podem oferecer insights sobre como fortalecer essa relação entre conservação e envolvimento social.

Além do turismo sustentável, o PESC pode se tornar um referencial para pesquisas científicas e educação ambiental. O parque pode firmar parcerias com universidades, institutos de pesquisa e ONGs, promovendo a realização de estudos sobre biodiversidade, impactos socioambientais e modelos de conservação. Essa abordagem contribuiria para fortalecer a conscientização ambiental e consolidar o PESC como um espaço de aprendizado interdisciplinar.

A análise preliminar dos primeiros impactos da concessão pode ser fundamental para ajustar a operação ao longo dos anos. A criação de relatórios periódicos de monitoramento ambiental, socioeconômico e financeiro pode contribuir para a transparência da gestão, garantindo que a concessionária cumpra suas obrigações e que ajustes sejam feitos conforme necessário.

Dessa forma, a concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru não deve ser vista apenas como um modelo de gestão turística, mas como um experimento de governança socioambiental que pode influenciar políticas públicas em todo o país. Ao garantir fiscalização eficiente, inclusão comunitária e inovação constante, essa iniciativa pode consolidar-se como referência internacional de ecoturismo sustentável.

O futuro da concessão do parque dependerá da capacidade de inovação e adaptação às novas demandas ambientais e sociais. Tecnologias como inteligência artificial para monitoramento da fauna e flora, sistemas de compensação de carbono para visitantes e programas de turismo regenerativo são algumas das tendências que podem ser incorporadas ao modelo de concessão. Dessa forma, o parque pode se tornar não apenas um destino turístico, mas um laboratório vivo para práticas de conservação e desenvolvimento sustentável.

Para que esse modelo seja bem-sucedido, será essencial acompanhar sua implementação ao longo dos anos, garantindo que suas diretrizes continuem alinhadas aos princípios da conservação, da participação social e do desenvolvimento econômico sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.; PIRES, M. A II Guerra Mundial e o turismo. **Turismo Cultural**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural>>. Acesso em: 9 maio 2023.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Portal do Meio Ambiente**. Salvador: Governo da Bahia, 2023. Disponível em: <http://meioambiente.ba.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 15. ed. São Paulo: SENAC, 2019.
- BENI, M. C. **Política e planejamento turístico no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOOMERS VIRTUAL. Rios, trilhas e lendas: conheça o ecoturismo cultural das comunidades ribeirinhas do Brasil. **Boomers Virtual**, 21 jan. 2025. Disponível em: <https://boomersvirtual.com/rios-trilhas-e-lendas-conheca-o-ecoturismo-cultural-das-comunidades-ribeirinhas-do-brasil>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- BRASIL. **Aspectos turístico-ambientais: uma amostragem**. Brasília: CPRM, 1997.
- BRASIL. **Glossário do turismo – Dados e Fatos**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2023.
- BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Corredores de Biodiversidade**: uma estratégia para a conservação da Mata Atlântica. Brasília: MMA, 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação**. Brasília: MMA, 2006. (Áreas Protegidas do Brasil, 3).
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Turismo Sustentável**. Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas de segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Livreto Turismo Cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: curso de segmentação do turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2023.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. Ecoturismo: uma alternativa viável para o desenvolvimento sustentável. In: CUNHA, S. K. (Org.). **Turismo e meio ambiente**. Campinas: Papirus, 2008. p. 51–68.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COSTA, Fabiana. **Patrimônio cultural e turismo**: interpretação e gestão. São Paulo: Aleph, 2003.

DE MOURA CARVALHO, C.; STEIL, C. A. Patrimônio natural e espiritualidade: interfaces possíveis. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 2, p. 273–289, 2013.

DE MOURA CARVALHO, I. C.; STEIL, C. A. Natureza e imaginação: o deus da ecologia no horizonte moral do ambientalismo. **Ambiente & Sociedade (Online)**, 2013.

DENCKER, A. F. M. **Metodologia científica**: pesquisa empírica em ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DIAS, N.; SILVEIRA, Orlando. **Turismo cultural e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, N. Turismo, patrimônio e sustentabilidade urbana. In: DENNYS, Ana; OLIVEIRA, Marina (orgs.). **Turismo e patrimônio**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Edusp, 2006.

DOWLING, Ross K.; NEWSOME, David (Ed.). **Geotourism**: the tourism of geology and landscape. GoodfellowPublishers Ltd, 2010.

DUDLEY, Nigel (ed.). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland: IUCN, 2008.

EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. **Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management**. Gland, Switzerland: IUCN, 2002.

FERNANDES, C. A. F.; SILVA, S. L. C.; FERNANDES, V. S. Os agricultores, os mediadores sociais e a sustentabilidade: um estudo na APA Itacaré Serra Grande. **Enciclopédia Biosfera**, v. 5, n. 9, p. 1–10, 2009. Disponível em: <https://conhecer.org.br/enciclop/2009B/os%20agricultores.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, P. M. O.; ALMEIDA, F. A. B. Ecoturismo, educação ambiental crítica e formação de sujeitos ecológicos: convergências e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 792–813, 2018.

GASTAL, S. M. C.; MOESCH, M. M. **Epistemologias do turismo**: olhares transversos. São Paulo: Aleph, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010

HALL, C. M. **Tourism and globalisation**. 3. ed. Londres: Sage, 2020.

INEMA – Instituto Do Meio Ambiente E Recursos Hídricos. **Atas do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré/Serra Grande e do PESC**. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/conselhos-gestores-de-uc/cg-apa-serra-do-conduru/atas/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Portaria Conjunta SEMA/INEMA nº 051/2023, de 30 de maio de 2023**. Salvador: INEMA, 2023. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/PORTARIA_SEMA_INEMA_051_2023_Lista_espcies_exticas_invasoras.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

ITACARE.COM S.V. LTDA. **SERRAGRANDE.NET - Mapa - Serra Grande - Bahia**. Disponível em: <https://www.serragrande.net/itacare/mapapa/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

KAUARK, F.; MANHÃES, F.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2011.

LAYRARGUES, P. P. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 30, n. 1, p. 38–45, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism**: economic, physical and social impacts. London: Longman, 1982.

MATTEDI, R. M. Planejamento e gestão do turismo e do meio ambiente na Bahia. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 1, n. 1, 1999.

MITRAUD, S. (org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470 p. il. ISBN 85-86440-12-4.

MOESCH, M. S. **Turismo**: fenômeno social. São Paulo: Aleph, 2004

PETROCCHI, Moacyr. **Planejamento turístico**: uma visão integral. São Paulo: Papyrus, 1998.

PIRES, P. S. A. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo – Visão e Ação**, v. 1, n. 1, p. 75–91, 1998.

POLO SEBRAE DE ECOTURISMO. **Ecoturismo se consolida como tendência no pós-pandemia: em alusão à data que celebra o meio ambiente**. 20 jun. 2022.

Disponível em: <https://ecoturismo.sebrae.com.br/noticias/85-ecoturismo-se-consolidou-como-tendencia-no-pos-pandemia>. Acesso em: 7 abr. 2025.

PORTO SEGURO PASSEIOS. Vivencie a cultura Pataxó na Reserva da Jaqueira – Porto Seguro. **Porto Seguro Passeios**, 2025. Disponível em: <https://www.portoseguropasseios.com.br/passeio/reserva-da-jaqueira-aldeia-pataxo>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RUSCHMANN, D. M. (org.). **Planejamento turístico no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, A. M. O ecoturismo, uso público e o Parque Nacional do Iguaçu. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 6, n. 3, 201

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia SEMA. Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia. **Prêmio Bahia Sustentável 2023**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/meioambiente/16467/premio-bahia-sustentavel-2023>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SILVA, A. E.; MEDEIROS, M. G. N.; RAMALHO, A. M. C.; MARACAJÁ, K. F. B. A educação ambiental como instrumento potencializador do ecoturismo: uma revisão integrativa. In: CONGRESSO ANUAL DA ANPTUR, 18., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPTUR, 2021.

SIMONETTI, S. R.; DO NASCIMENTO, E. P. Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 12, n. 1, p. 173-190, 2012.

STOLTON, S.; DUDLEY, N. (orgs.). **Arguments for Protected Areas: Multiple Benefits for Conservation and Use**. Gland, Switzerland: IUCN, 2010.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética**, v. 5. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000.

THOMAS, W. W. et al. The vascular plant diversity of the Parque Estadual da Serra do Conduru, Bahia, Brazil. **Brittonia**, v. 55, n. 3, p. 195–203, 2003.

WOOD, M. E. **Ecotourism: principles practices and policies for sustainability**. UNEP, 2002.

GLOSSÁRIO

APA - Área de Proteção Ambiental: categoria de unidade de conservação de uso sustentável que permite a presença de moradores e atividades econômicas, desde que compatíveis com a conservação ambiental.

Biodiversidade: diversidade de formas de vida existentes em um ecossistema, incluindo fauna, flora, fungos, microrganismos e os processos ecológicos associados.

Concessão: transferência da gestão de serviços ou áreas públicas a entidades privadas, sob supervisão do poder público, com objetivos como conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e melhoria da experiência do visitante.

Ecoturismo: segmento do turismo focado na conservação ambiental, educação e valorização das comunidades locais, promovendo experiências sustentáveis em ambientes naturais.

Gestão Participativa: modelo de gestão que envolve diferentes atores sociais — como comunidade local, órgãos públicos e setor privado — nas decisões sobre políticas, usos e conservação de territórios.

INEMA: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia Autarquia vinculada à SEMA responsável pela implementação e fiscalização da política ambiental estadual, bem como pela gestão das Unidades de Conservação sob domínio estadual.

PESC – Parque Estadual da Serra do Conduru: unidade de conservação de proteção integral situada no sul da Bahia, criada em 1997 e reconhecida por sua elevada biodiversidade e presença de comunidades tradicionais.

Plano de Manejo: documento técnico que estabelece diretrizes, normas e zoneamento para a administração de unidades de conservação.

Rota Cultural: itinerário turístico que destaca manifestações culturais, saberes tradicionais, modos de vida e experiências imersivas em contextos socioculturais diversos.

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia: órgão governamental responsável pela formulação da política ambiental estadual e pela coordenação das

ações de planejamento, conservação e fiscalização do meio ambiente.

Sinalização Interpretativa: elementos visuais e textuais instalados em trilhas e atrativos naturais com o objetivo de informar, educar e sensibilizar o visitante sobre os aspectos ambientais e culturais do local.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: instituído pela Lei nº 9.985/2000, organiza juridicamente as Unidades de Conservação no Brasil, classificando-as em categorias de proteção integral e uso sustentável, e definindo normas para sua gestão.

UC - Unidade de Conservação: espaço territorial legalmente instituído com objetivo de conservar a natureza, podendo admitir diferentes graus de uso humano conforme sua categoria (proteção integral ou uso sustentável). Pode ser dividido em categorias de proteção integral ou uso sustentável.

ANEXO – Atas de Reunião dos Conselhos da APA e do Parque Estadual da Serra do Conduru (2020–2024)

As atas relacionadas a seguir foram utilizadas como fontes primárias no desenvolvimento desta pesquisa, permitindo a análise qualitativa das decisões, tensionamentos e avanços institucionais associados à concessão do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), no sul da Bahia.

01 de dezembro de 2020 – Reunião Extraordinária Virtual

Tema: Retomada do diálogo entre comunidade local, poder público e instituições técnicas acerca do projeto de concessão do PESC, em contexto de pandemia.

29 de setembro de 2021 – Reunião Conjunta APA/PESC

Tema: Apresentação oficial do modelo de concessão; registro de manifestações da sociedade civil sobre impactos no acesso às trilhas, regularização fundiária e direitos territoriais.

09 de junho de 2022 – Reunião Ordinária

Tema: Detalhamento do edital lançado; definição das obrigações da concessionária, com ênfase em contrapartidas sociais, acesso gratuito e investimentos em infraestrutura.

30 de abril de 2024 – Reunião Ordinária

Tema: Validação participativa de diagnósticos ambientais; inclusão de contribuições das comunidades tradicionais no processo de implementação do Plano de Manejo.

11 de julho de 2024 – Reunião Ordinária

Tema: Consolidação do Conselho Gestor como instância deliberativa; discussão sobre regramento da visitação, sinalização interpretativa e gestão compartilhada.

17 de setembro de 2024 – Reunião Ordinária

Tema: Avaliação de ações do Plano de Manejo; reconhecimento de avanços estruturais e ampliação da mobilização comunitária.

Fonte: INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia.

Atas disponíveis em: <http://www.inema.ba.gov.br/>. Acesso em: 28 maio. 2025.